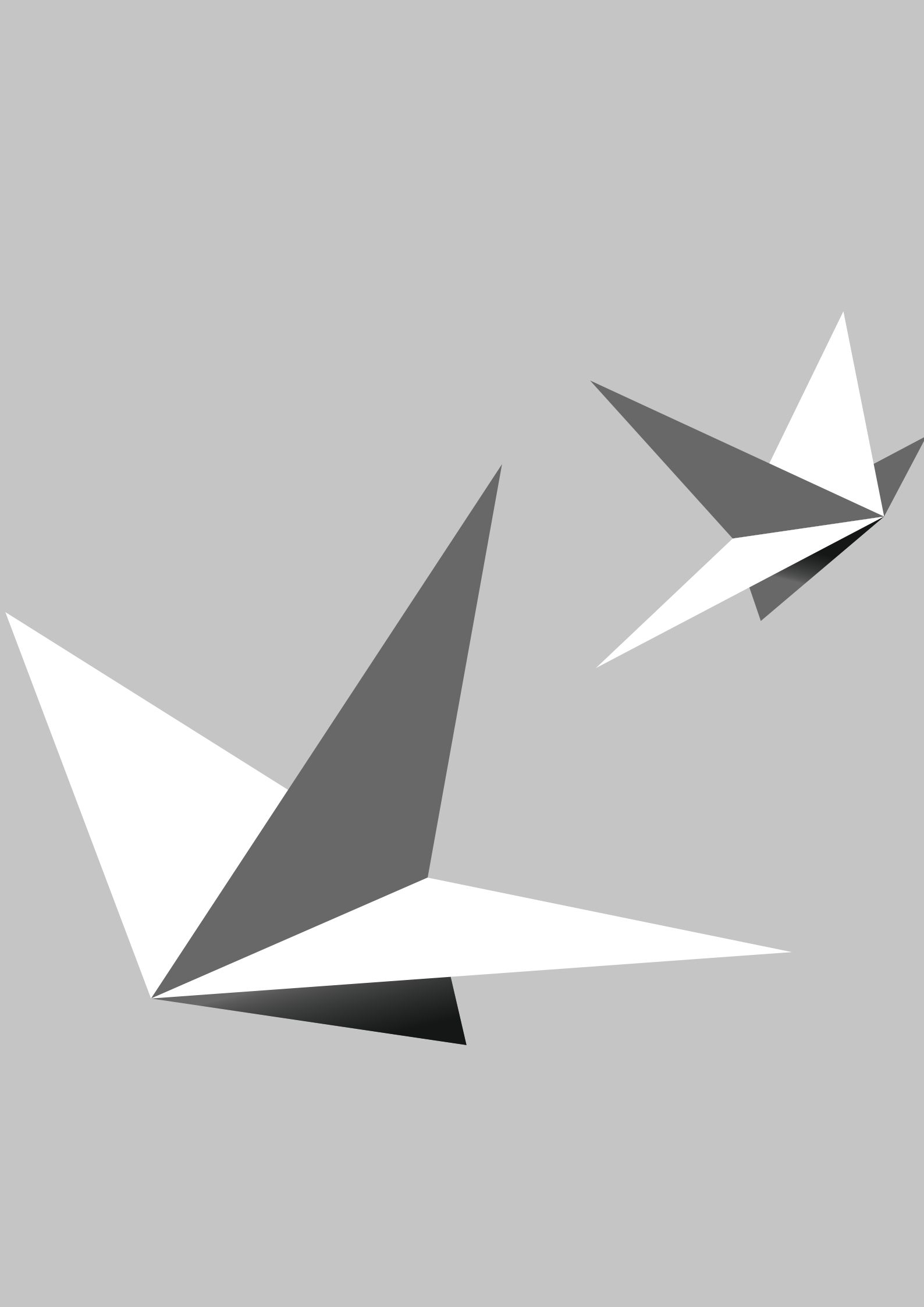




# PLANO ESTRATÉGICO

F A R O 2 0 2 5





# ÍNDICE

<b>0</b>	<b>Nota de apresentação</b>	<b>5</b>
<b>1</b>	<b>Metodologia</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>Sumário Executivo</b>	<b>11</b>
<b>3</b>	<b>Avaliação Crítica e deteção de Oportunidades</b>	<b>17</b>
3.1	Elementos chave e críticos de hoje	17
3.2	Desafios de partida	20
3.3	Domínios de trabalho analisados	21
3.4	Ponto de partida	27
<b>4</b>	<b>Programa Estratégico</b>	<b>31</b>
4.1	Missão	31
4.2	Apostas	32
4.3	Eixos de desenvolvimento	33
4.4	Objetivos Estratégicos	38
4.5	Políticas e Medidas	43
4.6	Ações e Projetos	48
4.7	Fontes de financiamento	57
4.8	Uma Gestão Local Partilhada	60



## 0 Nota de apresentação

Como será natural, todas as pessoas, empresas e organizações, pretendem ir melhorando aquilo que se poderá designar pelo seu próprio quadro de existência, funcionamento e desenvolvimento.

Sendo os recursos disponíveis escassos, a todos os níveis, por via do aumento da população, mas também do seu quadro de exigências e expectativas, torna-se, hoje em dia, mesmo uma necessidade assegurar a sua gestão de forma cada vez mais criteriosa.

Utilizar cada um dos nossos recursos base, desde o solo até aos meios financeiros, mas passando também pelas pessoas, recursos naturais, equipamentos, serviços e infraestruturas de forma mais criteriosa, mais do que um mero interesse, passou a ser uma responsabilidade, de modo a que no futuro o nível e qualidade de vida atuais, no mínimo, possam ser mantidos.

Sendo certo que não haverá pessoas, nem organizações, nem empresas, que não pensem o seu futuro no dia-a-dia, fácil será de compreender que os territórios que também não o fizerem seguirão o rumo do aleatório, do acaso, ou pior, do que depender das atuações e decisões de terceiros.

Como em qualquer outra situação, também o futuro do nosso território e do nível de qualidade de vida dos seus residentes, poderá e deverá ser pensado para além dos próximos meses, ou mesmo anos.

Ter uma atitude responsável nos dias de hoje é compreender e interiorizar que, qualquer território que não prepare e projete o seu futuro, e não trabalhe de forma coesa, consentânea e integrada para o alcançar, estará condenado a seguir o que decorrer das decisões dos outros, ou dos resultados cruzados que resultem do processo de desenvolvimento de outras cidades, regiões e países.

Não será necessariamente verdade que tudo o que pretendemos, pensamos e planeamos, será conseguido. Mas, pior do que não fazer, será nem pensar, nem perspetivar e nem procurar motivar os mais diversos interessados e atores locais para um trabalho em comum percorrendo (tanto quanto possível) um mesmo rumo, através do qual, pensamos nós, poderemos vir a ter um melhor local para viver, no Faro do futuro.

Num quadro de enorme incerteza como aquele que hoje vivemos, à escala europeia, nacional e mesmo regional, em especial quanto ao futuro da nossa base económica (até hoje demasiado concentrada em torno do turismo), muitos se perguntarão para que servirá pensar-se e programar-se o médio e o longo prazo, quando nem para o dia-a-dia temos a necessária estabilidade para uma tomada de decisão suportada num mínimo de riscos.

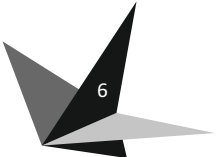
Também se questionarão para que serve pensar e programar caminhos de futuro, quando os recursos humanos, materiais, e sobretudo financeiros, nos faltam nos dias de hoje de uma forma tão gritante.

Mas será exatamente por isso mesmo que hoje, mais do que nunca, há que saber escolher, escolher bem, e trabalhar num quadro limitado de opções.

Pior que ter poucos recursos será desperdiçá-los, alterando o rumo, as opções, fazendo e desfazendo programas de trabalho, a organização e gestão dos nossos recursos, e sobretudo trabalhar de forma isolada sem potenciar as vantagens de um trabalho integrado no território, sem utilizar o que cada um pode e sabe fazer melhor, não atuando de forma complementar, não interagindo e, nalguns casos mesmo, não se conseguindo ir ultrapassando as pequenas dificuldades.

É bem notório e conhecido que se encontram mais facilmente situações de maior sucesso (em termos de níveis de desenvolvimento, concretização de projetos individuais e coletivos, e de maior projeção internacional) em cidades e territórios que estabeleceram e conseguiram trilhar um rumo certo e bem definido, tendo como base de trabalho uma mesma Visão, objetivos e áreas de atuação muito bem definidas, ao longo de períodos de tempo bastante constantes ao longo dos anos.

É por isso mesmo que se desenham e programam os Planos de Ordenamento Regionais e Municipais, que se desenha uma Estratégia de Desenvolvimento Regional, que aparecem instrumentos de planeamento



empresariais (como o Master Plan da ANA para o aeroporto de Faro, tendo em atenção todo o seu território de influência), e que em Faro se elaborou em 1996 o nosso primeiro Plano Estratégico.

Decorreram também dessa convicção os documentos de planeamento que suportaram este documento (nomeadamente os já anteriormente elaborados internamente ao Município de Faro), e têm sido acompanhados os subsequentes documentos de planeamento territorial e/ou sectorial, que se encontram em vias de ser elaborados ou concluídos.

Cada um destes instrumentos de planeamento tem o seu papel, e embora sujeitos à crítica construtiva e mesmo a algumas alterações e correções, eles fixam-nos o nosso quadro de trabalho tendo em vista assegurar que o nosso quadro de atuações, de decisões e de investimentos, nos conduz para um determinado caminho.

Recorde-se em particular a exigência de dispormos de uma Estratégia de Desenvolvimento Regional que estabeleça as prioridades do Algarve para a aplicação dos financiamentos comunitários; sem ela, não seria possível estabelecer prioridades, e reservar os recursos financeiros para a sua aplicação nas áreas e projetos que, acreditamos nós, terão o melhor impacto nos grandes objetivos de desenvolvimento.

Aproximando-se um próximo período de programação dos fundos comunitários, sendo cada vez mais escassos os recursos próprios (humanos, materiais e financeiros), e sendo obrigação nossa trabalhar, individual e coletivamente, para que Faro melhore o seu nível de vida e de funcionamento, pensamos que se exigirá apresentar um quadro bem seletivo de iniciativas, mediante as quais se vise ir trilhando um caminho que nos leve no futuro a um estágio de desenvolvimento que promova uma maior felicidade e bem-estar coletivo.

Sendo um processo naturalmente exigente e frágil, pois dependerá da forma como os interesses individuais (de pessoas e organizações) e coletivos (entre as próprias entidades públicas, por exemplo, como atuarão no futuro) se virão a comportar, pensamos no entanto que faz falta a Faro dispor de um documento no qual seja possível apresentar o nosso grande desígnio, as grandes apostas que pensamos servirem da melhor forma às expectativas e interesses de cada um dos seus atores, e procurar que estes atuem da forma mais empenhada, consequente, e prolongada no tempo, quanto vier a ser possível.

Esse documento pretende-se que seja este Plano Estratégico, e que o mesmo seja analisado, debatido, criticado, mas sobretudo aceite e assumido pelas principais entidades, instituições e organizações locais. Não será naturalmente fácil, se possível, no que vier a ser a concretização de iniciativas, atividades, projetos ou programa de trabalho a curto prazo. Mas será certamente desejável que, no que respeita à visão de longo prazo e do que pretendemos ser no futuro, exista uma sua aceitação generalizada, e que tais desígnios passem a ser aceites como um processo em que a maioria dos atores se manterá empenhada no futuro.

De facto, um território sem estratégia dificilmente será um território competitivo no mundo global em que vivemos hoje. Porém, a estratégia só terá eficácia se for prosseguida, ou seja, se os decisores, os técnicos, os investidores, os empresários e por último os cidadãos se reverem nela e tomarem a responsabilização de a aplicarem no tempo e no terreno.

Faro tem-se caracterizado por uma certa inércia perante a necessidade da modernização e da inovação, cada vez mais imprescindíveis para a competitividade. A cidade tem gozado o seu estatuto de capital de distrito, sem grandes preocupações competitivas, chegando ao século XXI acomodada à sombra da projeção que a concentração de serviços administrativos lhe tem permitido ter sobre a região ao longo do tempo. Sabemos hoje, que tal atitude não é suficiente para atrair investimento, outros serviços e competências especializados, empresas e pessoas.

Há que ir mais além e, para isso, há que concertar esforços, alinhar intenções e convergir ações para otimizar recursos e ampliar resultados. De um tal esforço sairão ganhadores a cidade, o concelho e os farenses.

Para tanto, será necessário abdicar de um certo individualismo que nos caracteriza e nos impede de ter uma



visão mais alargada da nossa envolvente, será necessário assumir uma atitude proactiva, cívica e interventiva na resolução dos problemas da cidade e do concelho, ao invés de esperarmos que a solução surja do nada ou que outros resolvam por nós. Trata-se de assumir os princípios da cidadania não apenas para reivindicarmos os nossos direitos, mas, sobretudo, para assumirmos os nossos deveres refletidos numa ação convergente para construir um futuro comum. Um futuro de que os farenses se orgulhem!

Estamos pois a falar de prepararmos um quadro de apostas a concretizar num prazo de trabalho bastante longo, razão que justifica que este Plano nos venha a orientar para intenções e compromissos a concretizar até 2025, sendo que não deixaremos de tomar em linha de conta que delas deverão fazer parte um conjunto amplo de ações, estudos, projetos e investimentos que deverão ser preconizados para um prazo de 2 a 5 anos, a incluir no que se designará por Plano de Ação Local.

Este documento é composto por 4 Capítulos, sendo que o Capítulo 1., dedicado à sumarização dos aspetos que se consideram mais relevantes no conjunto do mesmo, facilitando uma primeira leitura do mesmo. No Capítulo 2., procura-se destacar alguns elementos de caracterização do território, bem como efetuar uma avaliação crítica sobre o “estado de desenvolvimento” do concelho de Faro nos dias de hoje, de modo a apresentar, desde logo, um conjunto de desafios e apostas-quadro para o futuro. Ao Capítulo 3 corresponde a apresentação do Programa Estratégico dentro do qual se sistematizam os grandes eixos de desenvolvimento, apostas estratégicas, medidas e linhas de ação para o médio e longo prazo, e o Capítulo 4 permite a descrição de algumas das atividades, ações, projetos e obras que poderão constituir uma proposta base para um Programa de Ação pela Sustentabilidade, ou seja já o grupo de iniciativas que se defende sejam executadas a curto e médio prazo.





# 1 Metodologia

De uma forma muito esquemática, sistematizam-se em seguida os principais passos metodológicos adotados para a elaboração deste documento, o de Diagnóstico, ao qual se seguirá então a preparação do Plano Estratégico.

## Metodologia



Basicamente, a elaboração do Plano Estratégico de Faro decorrerá em duas fases, nesta primeira, tivemos a oportunidade de recolher elementos de caracterização, auscultar o maior número de pessoas e entidades possível, mediante inquéritos colocados online, recolha de dados, entrevistas, análise de documentos e compatibilização do diagnóstico com outros estudos e planos em elaboração.



Desse trabalho resultou o presente documento, sendo que iremos agora arrancar com a formulação de propostas e sugestões de linhas de atuação futuras, mais estruturadas.

É exatamente para esse trabalho que necessitamos do contributo do maior nº de entidades e pessoas, que para tal tenham a possibilidade de contribuir, de modo a elaborar o Plano Estratégico propriamente dito, e sequentemente um Plano de Ações de curto prazo.





## 2 Sumário Executivo

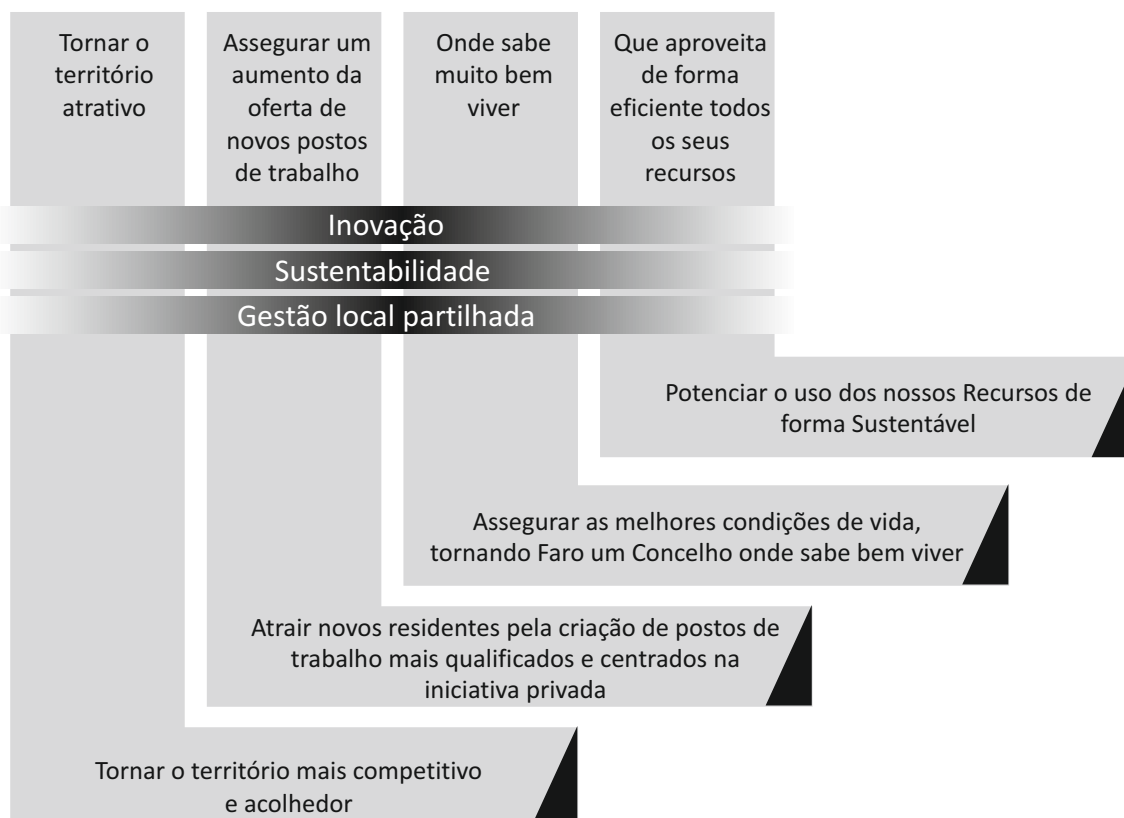
O **Plano Estratégico de Faro 2025** visa criar um rumo orientador e convergente para o desenvolvimento económico e social do concelho nos próximos anos, naturalmente integrando as preocupações que assolam a nossa atualidade, como sejam preocupações ambientais e de coesão social e territorial.

A **metodologia** seguida foi participativa, tendo-se auscultado as forças vivas e representativas dos interesses locais, bem como a população em geral, tanto na fase de diagnóstico como na fase prospetiva de definição da visão, das políticas de desenvolvimento e da estratégia.

Na avaliação crítica da realidade concelhia e na deteção de oportunidades foram identificados os **elementos críticos** chave sobre os quais é prioritário trabalhar:

- ◆ **Território e ambiente:** instrumentos de gestão territorial / políticas urbanas / infraestruturas / equipamentos / acessibilidades / espaços verdes e de lazer;
- ◆ **Turismo e património:** aumento da capacidade hoteleira / acolhimento de segmentos emergentes compatíveis com os recursos locais / regeneração urbana;
- ◆ **Desenvolvimento económico e social:** organização administrativa / melhoria do funcionamento dos serviços públicos / estabelecimento de redes de cooperação público-privada especialização económica em setores ou subsetores com potencial / criação de cadeias de valor intersectoriais / formação e qualificação de recursos humanos;
- ◆ **Juventude:** criar condições para a fixação de jovens (habitação/emprego);
- ◆ **Frentes ribeirinhas:** qualificação ambiental e paisagística / regeneração urbana / aproveitamento do potencial da Ria Formosa / articulação entre as diferentes tutelas;
- ◆ **Mobilidade e transportes:** incentivo à utilização de transporte coletivo (TC) e de modos suaves / implementar a intermodalidade / articulação de horários, bilhética e frequências do TC;
- ◆ **Identidade e promoção:** exploração de atributos / criação de imagem / marketing territorial.

Nesta sequência foram definidas as **linhas de força** que deverão enquadrar a estratégia de desenvolvimento:



Na construção do **programa estratégico** tiveram preponderância:

- ◆ a **Visão** – o melhor local para se viver a sul
- ◆ as **Apostas** – tornar o território mais atrativo
  - oferta de postos de trabalho
  - qualidade de vida
  - assegurar o futuro
- ◆ os **Eixos de Desenvolvimento** – promover uma gestão local em rede, integrada, comprometida com o futuro e próxima dos cidadãos
  - valorizar o ambiente, bem como a coesão social e a cooperação institucional
  - desenvolver o conhecimento para a competitividade e a inovação
- ◆ os **objetivos estratégicos** – (I) tornar o território mais competitivo e acolhedor
  - (II) atrair novos residentes pela criação de postos de trabalho mais qualificados e centrados na iniciativa privada
  - (III) assegurar melhores condições de vida, tornando Faro um concelho onde sabe bem viver
  - (IV) potenciar o uso dos nossos recursos de forma sustentável
- ◆ as **políticas / medidas** (com referência aos objetivos estratégicos)
  - (I) – assegurar que as novas áreas de expansão urbana assumem elevados níveis de qualidade urbanística / implementando as adequadas regras de desenvolvimento e gestão urbana;
    - apostar na revitalização das zonas históricas e outros espaços urbanos / utilizando mecanismos de demonstração e estímulo e criando os adequados instrumentos de incentivo à regeneração urbana;
    - concretizar os equipamentos e infraestruturas ainda em falta / programando os investimentos e modelo de financiamento e exploração de forma adequada aos recursos disponíveis;
    - desenvolver espaços e áreas urbanas funcionais para tornar o concelho mais atrativo para viver e trabalhar / promovendo Faro como cidade do conhecimento, alicerçada na sua história mas que aposta nos jovens e nas novas oportunidades;
    - apostar na juventude e nas suas capacidades criativas / sendo empreendedores de forma inteligente, através da inovação e da criatividade, desde a cultura à criação de empresas, passando pelo lazer e desporto e atraindo jovens nacionais e europeus;
  - (II) – promover o desenvolvimento de novas áreas de atividade económica e de acolhimento empresarial e reforçar as cadeias de valor a nível regional / promovendo a criação de zonas de instalação empresarial;
    - apostar no desenvolvimento de sinergias empresariais regionais, com vista à internacionalização da economia / promovendo iniciativas destinadas à cooperação empresarial;
    - promover a concertação operativa dos serviços públicos, ao serviço da estratégia local e regional / assegurando a criação de uma plataforma de compromisso para o curto e médio prazo;
    - tornar mais eficaz o funcionamento global da administração pública / prestando respostas claras, céleres e completas às solicitações de cidadãos e empresas;
  - (III) – tornar mais atrativas as frentes ribeirinhas e a Ria Formosa / qualificando e reforçando a oferta de atividades que permitam tirar todo o partido do Parque Natural;
    - criar novas áreas e espaços de lazer para incremento da vivência dos espaços públicos urbanos / promovendo o aparecimento de novas áreas qualificadas para a prática do desporto, do lazer e vivência urbana;
  - reabilitar e valorizar o património, o centro histórico e os espaços urbanos / tornando-o

mais vivo e dinâmico do ponto de vista socioeconómico, com vista a atrair mais residentes e turistas;

- reforçar a identidade e a cultura local, suportadas na nossa história / desenvolvendo programas inovadores de iniciativas formativas, de produção e animação cultural, dirigidas à população local e visitantes e envolvendo os atores locais;
  - apostar na valorização e promoção dos atrativos de visita e estadia turística / por via da implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico, centrado no património, na cultura, ambiente, desporto e lazer, com uma função agregadora do desenvolvimento local;
- (IV) – colocar a I&D da Universidade ao serviço da economia regional para incremento da competitividade dos produtos endógenos / promovendo o aparecimento de projetos de I&D contratualizados com empresas da região que valorizem os nossos recursos e produtos, dando-lhes visibilidade e reconhecimento;
- assegurar o uso mais eficiente possível dos equipamentos públicos existentes / promovendo o envolvimento dos atores locais na sua dinamização, bem como a criação de sinergias com os restantes equipamentos regionais;
  - assegurar uma mobilidade urbana mais sustentável / garantindo as acessibilidades, uma boa rede viária e um sistema de transportes públicos que promova a redução do recurso ao transporte individual;
  - contribuir para uma economia e ambiente urbano mais verdes, com maior eficiência energética / promovendo a implementação do Plano de Sustentabilidade Energética.

No âmbito das **ações e projetos**, as primeiras procurarão prosseguir as políticas e medidas formuladas e adequar-se-ão a cada um dos domínios de intervenção, desde a gestão e da reabilitação urbana e da qualificação do espaço público, passando pelo equipamento e infraestruturação, até ao domínio do desenvolvimento social, económico e cultural, não esquecendo as questões ambientais e de governança. Os segundos focar-se-ão nos projetos prioritários e estruturantes, essenciais para manter e aumentar o nível de serviço prestado pela cidade e concelho de Faro.

Não foram esquecidas as **fontes de financiamento**, fazendo-se no final do documento um apontamento preliminar dos possíveis recursos financeiros sobre os quais as ações e projetos deverão assentar, independentemente de se tratar de responsabilidades públicas e/ou privadas.

Há ainda a salientar as questões da governança, caminhando-se, nos dias de hoje, cada vez mais para modelos de gestão partilhada das responsabilidades locais.

Por meio dos desafios e apostas que este documento sistematiza, este novo Plano Estratégico para Faro deverá pois ser encarado como uma plataforma de interligação e de orientação na atuação individual e coletiva por parte das mais diversas entidades públicas, privadas e associativas, as quais, defende-se, deverão estimular atitudes claras e concretas em prol de uma atuação cada vez mais responsável no domínio dos principais eixos ligados ao desenvolvimento sustentável.

Faro tem um conjunto de grandes desafios pela sua frente nos próximos anos, que percorrem todas as grandes áreas de atuação em prol de um desenvolvimento mais sustentável (respeitando as preocupações ambientais, dinamizando a economia local, favorecendo a coesão e inclusão social, e contando com um grande compromisso no trabalho de conjunto por parte dos seus principais atores).

Pensamos no entanto que a capacidade de oferecer novos postos de trabalho, e a atração de novos residentes (visando evitar a sua fixação nos concelhos vizinhos a que assistimos como tendência dos últimos anos) serão aqueles em que nos deveremos concentrar, pois tudo o que fizemos nesse sentido corresponderá naturalmente a iniciativas que também virão, obrigatoriamente, ao encontro da satisfação das necessidades e expectativas dos nossos atuais residentes e visitantes.

Sendo naturalmente bastante mais difícil de construir novos equipamentos e oferecer mais atividades e serviços em tempos de crise como a que hoje em dia atravessamos, a realidade da carência de recursos, obrigam-nos necessariamente a escolhas mais criteriosas e a uma clara hierarquização de prioridades, num

trabalho que corresponderá à definição de uma aposta estratégica partilhada por todos os intervenientes públicos, privados e de carácter associativo.

É esse desafio que aqui se traz por via deste documento, cabendo a cada um a sua análise e a adoção dos desafios que permitam a construção de um caminho de que a maioria dos intervenientes partilhe e assuma, a bem da sua concretização.

## Visão

O MELHOR LOCAL PARA SE VIVER, AO SUL DE PORTUGAL

## Apostas

Promover uma melhor gestão dos espaços urbanos e rurais	Conseguir criar mais postos de trabalho	Assegurar o futuro	Melhorar a qualidade de vida em Faro
Assegurar uma melhor organização territorial	Dinamizar a economia local	Qualificar os fatores que influenciam a qualidade de vida em Faro	Valorizar a natureza e a paisagem, como parte dos nossos recursos
Promover uma organização e um sistema de gestão do território que o torne mais atrativo, dinâmico e competitivo	Apostar numa maior dinâmica económica, e geração de novos postos de trabalho, suportada no conhecimento e em melhores serviços públicos, bem como na valorização dos recursos e produtos locais	Valorizar a vivência urbana e social no concelho, em torno dos seus elementos de bem estar e atributos de qualidade de vida	Saber tirar partido dos equipamentos públicos, espaços urbanos, rurais e naturais, no respeito, salvaguarda e valorização ambiental
Tornar o território atrativo	Assegurar um aumento da oferta de novos postos de trabalho	Onde sabe muito bem viver	Que aproveita de forma eficiente todos os seus recursos

## Eixos de desenvolvimento

UM TERRITÓRIO INTELIGENTE	SUSTENTÁVEL E INCLUSIVO	COM AMBIÇÃO
---------------------------	-------------------------	-------------

## Objetivos estratégicos

Tornar o território mais competitivo e acolhedor	Atrair novos residentes pela criação de postos de trabalho mais qualificados e centrados na iniciativa privada	Assegurar as melhores condições de vida, tornando Faro um Concelho onde sabe bem viver	Potenciar o uso dos nossos Recursos, de forma Sustentável
ATRATIVIDADE	EMPREGO	IDENTIDADE, CULTURA E EQUIDADE SOCIAL	AMBIENTE E ENERGIA

Eixos de desenvolvimento

INTELIGÊNCIA = Promover uma gestão local em rede, integrada, comprometida com o futuro e próxima dos cidadãos

SUSTENTABILIDADE = Valorizar o ambiente, bem como a coesão social e a cooperação institucional

AMBIÇÃO = Desenvolver o conhecimento para a competitividade e a inovação

Apostando num melhor aproveitamento da Ria Formosa, zonas costeiras, aeroporto e agricultura	Tendo em conta o papel da Universidade e das empresas mais dinâmicas	Tirando partido dos equipamentos culturais, escolares, desportivos e dos serviços de saúde	Aproveitando as vantagens do clima e espaços naturais
--	--	--	---





## 3 Avaliação Crítica e deteção de Oportunidades

### 3.1 - ELEMENTOS CHAVE E CRÍTICOS DE HOJE

Como sempre sucede em qualquer processo de debate e preparação de uma estratégia de atuação territorial, importa também sistematizar os aspetos que mais poderão contribuir (ou condicionar) para um quadro de desenvolvimento local mais ajustado à nossa Visão para o futuro de Faro, bem como suscitar o esclarecimento do quadro de princípios e valores que deverão prevalecer no curto e médio prazo, norteando o quadro de atuações públicas e privadas em prol de um desenvolvimento mais sustentável do nosso quadro de vida.

Teremos que vir a salvaguardar os princípios, já bem conhecidos, de defesa da natureza, dos valores ambientais, da coesão social e de uma desejável dinâmica economia local, acautelando ainda a necessidade de (mais crítica ainda nos dias de hoje) dispormos de um quadro de compromisso a nível institucional e corporativo que assegure a perenidade no tempo das apostas e compromissos que se assumirão como estratégias e princípios de trabalho.

#### O TERRITÓRIO

Ao nível do território, importa acautelar a existência de instrumentos de ordenamento territorial e de políticas urbanas consequentes, que influenciem ( ou determinem mesmo) uma estrutura de desenvolvimento urbanístico e de localização das grandes infraestruturas e equipamentos, devidamente distribuídas e articuladas no território.

Estes são elementos estruturantes com reflexos bem continuados no tempo, já que será a partir das suas localizações e características que se organizarão e implementarão os empreendimentos urbanísticos, instalações empresariais e comerciais, dos quais decorrerão os comportamentos de deslocação e sistemas de transporte ao serviço da população e entidades empresariais, que importará prever e acautelar.

Neste domínio, denotam-se claramente, em Faro, as vantagens decorrentes das suas circulares e eixos de acesso às suas zonas mais centrais, embora os constrangimentos decorrentes da não conclusão da Variante à EN125 e acesso norte à Via Longitudinal do Algarve se façam ainda sentir de uma forma bem pesada, quer para os movimentos de atravessamento, como também para as deslocações dentro do concelho. Aguardando-se para breve a entrada em funcionamento dessa via, iremos certamente dispor de melhores condições de circulação (o que poderá facilitar a instalação de algumas empresas de logística de proximidade na periferia da cidade), com menores impactos negativos ambientais derivados da circulação automóvel e um melhor nível de qualidade de vida para os residentes por via da redução dos seus tempos de deslocação nos movimentos casa-emprego-escolas, por ex.

Recordem-se também as referências negativas recolhidas junto da população e entidades inquiridas quanto ao acesso e disponibilização de equipamentos desportivos, espaços verdes e de lazer em Faro, nos dias de hoje. Devendo ser analisadas as suas tipologias (tipologias de oferta, localização e dimensão) haverá naturalmente que acautelar a sua maior ou menor distribuição (a concentração de equipamentos e áreas de lazer poderá permitir uma sua gestão mais eficiente, mas obrigará a maiores movimentos de transporte por parte dos utilizadores, com consequências negativas a nível ambiental e mesmo em termos de adesão e utilização por parte dos residentes) e correspondente desenho dos espaços urbanos, rede viária e sistemas de transporte.

Contudo, e apesar da necessidade e importância para o bem-estar de residentes e visitantes, não devemos deixar de tomar em linha de conta os recursos financeiros necessários à sua instalação e funcionamento, já que a sua proliferação no território dificulta e onerará a sua manutenção futura.

Efetivamente, face aos presentes constrangimentos legais, administrativos e financeiros (capitais próprios e fontes de cofinanciamento comunitários escassos e bem delimitados no âmbito e taxas de comparticipação) que influenciam não só a capacidade de investimento autárquico, bem como as restantes entidades públicas e associativas, estamos conscientes de que as próximas décadas não terão certamente o mesmo nível de

recursos disponíveis, nem estes serão naturalmente afetados da mesma forma que em quadros comunitários anteriores.

Face ao peso que os investimentos públicos têm tido nas últimas décadas no Algarve, e pelo muito que há ainda para fazer, este fato preocupa-nos sobremaneira pois a não concretização de projetos que ainda hoje são necessários e estruturantes (porto comercial, porto de recreio, centro de transportes intermodal, parque tecnológico, frentes ribeirinhas, entre outros) limitará certamente o desenvolvimento futuro de Faro. Importará ainda realçar que o papel do setor público não se limitará certamente aos investimentos que irá ou não concretizar, já que, conforme inúmeros exemplos o evidenciaram nos últimos anos (alguns no sentido positivo mas, infelizmente, demasiadas iniciativas privadas não tiveram todo o apoio e impulso que mereciam para poderem concretizar os seus projetos em prazos de tempo ajustados ao seu papel na criação de novos postos de trabalho e na dinamização económica local) as autoridades públicas poderão (ou deverão) ter uma atitude muito mais proativa e atuante na sua própria dinâmica de atuação enquanto elemento facilitador do processo de desenvolvimento empresarial, comercial e social do concelho.

Sucede porém que não teremos com toda a certeza nos próximos 10 a 20 anos o mesmo nível de recursos financeiros de que dispusemos nos últimos anos, não só pela quebra da atividade económica, como também por parte da iniciativa privada e particulares, já que estes não virão a dispor do mesmo poder de compra e rendimentos disponíveis para os níveis de consumo anteriores.

#### TEREMOS QUE SABER GERAR UM NOVO QUADRO DE DESAFIOS E COMPROMISSOS DE TRABALHO FUTUROS

Estaremos pois a viver uma alteração muito profunda do paradigma e quadro de vida da população em geral, com uma abrupta redução do nível de rendimentos disponíveis (não só para novos investimentos, mas sobretudo para os atuais padrões de despesa e serviços públicos existentes), sendo que, muito dificilmente, a população em geral, embora esteja já a sentir diretamente esses efeitos, não tenha ainda mudado o seu quadro de expectativas, motivações e interesses.

Haverá que, necessariamente, trabalhar nos próximos anos na construção de um novo quadro de oferta de equipamentos e de funcionamento dos serviços públicos, para uma população ainda com elevadas necessidades e expectativas que importará satisfazer de forma equilibrada e sustentada no tempo.

Defrontamo-nos pois a nível local com um novo quadro de desafios, e teremos que vir a estudar todo o quadro de oportunidades, integração de projetos e atividades que possam vir a ser desencadeadas com o envolvimento dos mais diversos agentes económicos, sociais, culturais, institucionais e associativos, nomeadamente aquando da avaliação de necessidades e ensaio de programação, pois teremos que tomar em linha de conta as restrições económico financeiras, e estudar novas modalidades de integração de projetos e recursos.

Refira-se também que este raciocínio é ainda mais verdadeiro quanto, numa altura em que, muito dificilmente, será possível de criar novas ofertas exclusivamente com base nos recursos públicos, abordamos as preocupações associadas à própria existência de mais ou menos equipamentos públicos (naturalmente que, na perspetiva dos seus utilizadores, a oferta atualmente existente de equipamentos e espaços desportivos, culturais, de lazer e sociais nunca serão as suficientes) num quadro de vida onde ainda se detetam, naturalmente, necessidades por satisfazer junto da população e mesmo por parte de responsáveis por serviços públicos, ou outras entidades associativas.

Ou seja, sendo evidentes os poucos recursos para que se reforcem os sistemas de oferta públicos existentes, como poderemos contribuir para que apareçam outro tipo de ofertas (exclusivamente privadas, associativas ou mistas) que respondam às expectativas existentes, já que, sendo exclusivamente privadas, terão os seus potenciais utilizadores e clientes, níveis de rendimentos que lhes permitam o acesso a esse tipo de ofertas?

E na dinamização e otimização da sua utilização? Que poderemos ou deveremos fazer para que, a exemplo de algumas iniciativas já hoje existentes no nosso concelho (desde a concentração de motos até à oferta consistente de eventos e iniciativas culturais que continuam a ser promovidas de forma regular e com muita qualidade, passando por algumas iniciativas exemplares ao nível social por parte de entidades associativas), se promovam e desenvolvam novos projetos de organização e oferta de serviços de interesse social mais lato?

No que concerne à **dinâmica económica**, Faro, apesar da existência do aeroporto e beneficiando de uma posição central em toda a região, não apresenta qualquer conjunto de atividades económicas, de especialização ou cadeias de valor intersectoriais, que se articulem entre si, e tenham sido capazes de desenvolver volumes relevantes de negócios numa determinada área ou setor produtivo, para além das cadeias de atividades associadas à atividade turística, e algumas produções agrícolas.

Constata-se pois que, embora se possa considerar que dispomos de alguns subsectores de atividades primárias de relevo na região (frutos e hortifruticultura, principalmente) e poderíamos aproveitar de uma melhor forma as oportunidades geradas pelo nível de recursos existentes na Ria Formosa e zonas costeiras, e alguma capacidade comercial, Faro tem sido atrativo para novas empresas privadas que possam gerar essa mesma oferta de postos de trabalho e rendimento.

A elevada percentagem de postos de trabalho que se observam no sector público e dos serviços terão, à partida, alguns aspetos positivos (não estamos dependentes de um determinado setor de atividade que, pelos efeitos da globalização e de mercado, possa vir a reduzir os seus níveis de empregabilidade, tal como já sucedeu em algumas regiões portuguesas), mas tal situação retrata também uma notória falta de empresas que consigam gerar novos postos de trabalho, e em especial em outro tipo de atividade económica que aquelas que atualmente prevalecem (comércio e serviços).

Embora não sendo a sua principal razão, podemos considerar que a inexistência de um verdadeiro parque empresarial tem sido um dos obstáculos à instalação de novas empresas.

Sabemos bem aliás (nomeadamente se compararmos com outros concelhos algarvios) como, para além de aspetos diretamente ligados à capacidade de instalação se poderão conjugar outros aspetos relevantes para o desenvolvimento da atividade produtiva tais como as cadeias de serviços interempresariais e a criação de dimensões mínimas de produção para poderem chegar a mercados mais competitivos.

Como sempre se tem dito, mas tardam a aparecer respostas e atuações que, de forma eficaz e pragmática, se transformem em resultados empresariais, não poderemos nunca esquecer o papel da Universidade, quer na qualificação dos alunos formados (e aos quais têm dado ultimamente uma atenção relevante, no incentivo e estímulo ao auto empreendedorismo), mas sobretudo na passagem das suas competências e conhecimentos para a economia empresarial da região, por meio do envolvimento dos seus investigadores e projetos em contributos diretos para a valorização dos recursos e produtos regionais.

#### O PAPEL DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Importará ainda, naturalmente, fazer uma referência às potencialidades ainda não devidamente aproveitadas no turismo, pois Faro, pelas suas características intrínsecas (zonas costeiras e ribeirinhas sem capacidade de acolhimento de empreendimentos turísticos, perante um mercado que tem, até aqui, funcionado sobretudo pela procura de sol e mar por parte de famílias que pretendem passar períodos médios de 1 semana no Algarve) mas, também, por alguma pouca proatividade, não conseguiu atrair oferta hoteleira que fixe turistas por períodos de tempo mais longos que, tirando partido dos nossos valores ambientais, patrimoniais, comerciais e mesmo paisagísticos, possam gerar mais valias e rendimentos diretos e indiretos, situação que, se tem vindo a alterar nos últimos anos por via da procura de visitantes para short-breaks e visitas culturais, suscitada pelo efeito da oferta de transportes assegurada pelas companhias low-cost (as quais asseguram basicamente o transporte para e de Faro), em contraponto à oferta até aqui tradicional de charters, com pacotes de estadias semanais em resorts e hotéis existentes noutras zonas do Algarve.

Haverá pois que saber responder à nova procura turística que ocorre hoje a Faro, ajustando o pacote de estadia exatamente a esse perfil de clientes, mas sabendo tirar em simultâneo partido das restantes potencialidades de Faro, estruturando e qualificando uma oferta integrada, perante os milhares de visitantes que desembarcam no nosso aeroporto e que, usando o aluguer de viaturas e as ofertas de circuitos turísticos organizados, nos poderão visitar em maior número, e com estadias mais prolongadas do que até aqui.

Sendo natural o reconhecimento do papel e importância (pelo volume de turistas que habitualmente acolhe, bem como pelo seu perfil de consumo) do turismo de história, património e cultural, Faro tem enormes potencialidades e uma posição competitiva invejável para o turismo de nichos (ativo, natureza, etc.) que

importará acautelar, preparar e acolher.

### 3.2 - DESAFIOS DE PARTIDA

Conforme já afirmámos, Faro dispõe de um conjunto de características e elementos de valorização que, apesar dos constrangimentos existentes, o mantêm como um dos concelhos mais dinâmicos a sul de Portugal, em especial se recordarmos a sua vivência diária, social e económica, ao longo de todo ao ano.

Essencialmente graças ao peso da sua administração pública, da existência do Hospital, Aeroporto, de todos os Serviços Públicos aqui existentes, bem como de diversas empresas com peso regional, Faro tem conseguido atrair novos residentes. Reconhecem-se como únicas as suas dinâmicas diárias de movimentos populacionais, para vir trabalhar, estudar, desenvolver negócios, ou para contactos com os diversos organismos e entidades públicas regionais, para além dos impactos diretos e indiretos que advêm da presença da Universidade.

Não beneficiando, ainda, de todas as potencialidades da presença do aeroporto no seu território (quer para fins turísticos como de natureza empresarial/comercial), bem como de um porto comercial que tarda a ser objeto dos investimentos necessários à sua valorização e revitalização, Faro tem no entanto mantido uma dinâmica de crescimento populacional e empresarial que o configuram como um Concelho detentor de recursos e valores bastante importantes, que serão certamente os determinantes para o seu desenvolvimento futuro.

No entanto, em termos habitacionais, e em resultado do quadro de funcionamento do mercado habitacional a nível local e regional, assistiu-se nas últimas décadas a uma deslocação de importantes franjas da população para fixação (em termos residenciais) nos concelhos vizinhos, por motivos residenciais, gerando-se a partir deste fenómeno fluxos regulares e diários de pessoas, ao nível interurbano.

Estes fluxos têm gerado, como é natural, significativas contrariedades, não só ao nível ambiental, decorrentes de um padrão de mobilidade interurbana ainda demasiado centrada no transporte individual, mas sobretudo um êxodo de população residente dos seus espaços centrais (e tradicionalmente conhecidos pela qualidade do seu comércio, restauração, cafés e esplanadas), por parte das pessoas que aqui trabalham diariamente.

Para este abandono, que se deverá constituir como uma das principais preocupações no futuro, contribuem indubitavelmente a própria malha urbana de Faro (com polos limítrofes densamente ocupados por zonas residenciais), como a própria zona comercial à entrada poente da cidade detentora de acessibilidades e condições de estacionamento claramente competitivas (para além da vivência urbana e familiar que permite pela oferta de lojas, restaurantes e cafetarias abertas por períodos de tempo bem maiores que as restantes zonas urbanas).

Haverá no entanto que saber ultrapassar ou contribuir para que se esbatam os principais obstáculos e constrangimentos identificados, reduzindo-se em especial os elementos de entropia administrativa e de organização territorial ainda existentes, que dificultam a existência da própria dimensão da capacidade produtiva regional, a qual tem diretos reflexos na geração de postos de trabalho. Neste aspeto haverá naturalmente que aproveitar todas as dinâmicas existentes a nível local e regional, tendo em linha de conta especialmente as suas potencialidades a nível internacional (dimensões empresariais, produções, produtos, mercados, clientela), para podermos, por exemplo, tirar partido da proximidade que as ligações aéreas nos permitem.

## CONSEGUIR IR PARA ALÉM DA CRISE

Ainda face **ao atual quadro de crise** económica e financeira, em especial ao nível europeu (o nosso principal mercado de captação de turistas e também como consumidor dos nossos produtos), nacional, e naturalmente regional, deveremos naturalmente tomar em consideração os atuais constrangimentos ao investimento, e subsequente aparecimento de novas ofertas de postos de trabalho que deem estabilidade às camadas mais jovens da sociedade (tanto ao nível público como privado ou associativo), pois quer o sector público (derivado da necessidade de fortes e contínuos cortes do seu nível de despesas) quer o privado (com crescentes dificuldades de venda dos seus bens e serviços, pela redução dos rendimentos disponíveis das famílias e cortes nas despesas públicas) se encontram em claras dificuldades.

Embora não se vislumbre uma alteração, a curto prazo, deste quadro macroeconómico, certo é que não deveremos baixar os braços, e haverá que procurar ultrapassar os constrangimentos atualmente existentes, desde os relacionados com infraestruturas e serviços, até ao nível de atividades e iniciativas, passando pelo próprio quadro de vida urbana, organização administrativa e funcionamento dos serviços públicos de suporte.

Ao nível da sua economia local, importa salientar as potencialidades de desenvolvimento ainda hoje em dia existentes ao nível agrícola e na exploração dos recursos marinhos, já que, fruto de iniciativas empresariais muito inovadoras, temos assistido a demonstrações muito interessantes das capacidades produtivas ainda disponíveis. Existirão ainda certamente interessantes oportunidades de desenvolvimento de novos subprodutos que tirem partido das cadeias de valor associadas aos nossos produtos endógenos, como a presença do Mercado Abastecedor em Estoi o tem demonstrado, e que importa acompanhar e estimular.

Sendo certo que os próximos anos não serão de grande disponibilidade de recursos (em especial financeiros), e de que a alteração do atual quadro de funcionamento socioeconómico do Concelho não resulta exclusivamente (nem sequer maioritariamente) de simples medidas de planeamento, importará sobretudo conseguir gerar novos comportamentos, atitudes e dinâmicas de trabalho que gerem confiança e segurança às iniciativas empresariais que se consigam atrair e/ou dinamizar a nível local.

## CONSEGUIR GERAR NOVAS DINÂMICAS

Como veremos mais adiante, as soluções a encontrar terão que, necessariamente, resultar de iniciativas e dinâmicas por parte de todos os diversos atores locais, quer sejam os próprios residentes, as empresas, e em especial por parte das mais diversas entidades públicas e instituições, embora não seja possível contar com soluções exclusivamente públicas (quer por parte do Município, confrontado cada vez mais com o decréscimo das suas receitas de uma forma muito pesada para o seu equilíbrio orçamental, quer por parte do Governo Central) para o planeamento e concretização de todos os, ainda necessários, novos equipamentos, edificações, infraestruturas, projetos e iniciativas que são necessárias para a geração de novas dinâmicas económicas e sociais que melhorem o quadro de vida local.

Pensamos pois, que será crítico que surjam novos projetos empresariais associados ao comércio de proximidade, serviços e atividades de restauração, bebidas e lazer, nos espaços centrais das diversas zonas urbanas, que se estimulem novas dinâmicas de reabilitação e qualificação ao nível urbanístico, e que se desencadeiem rapidamente todo um conjunto de iniciativas de planeamento, ordenamento, organização e infraestruturação territorial, que estimulem e assegurem a atração do mais diverso tipo de atividades empresariais, desde as de logística e distribuição, até à transformação de bens agrícolas e oriundos do mar, passando por novas áreas tecnológicas que, individualmente e no seu conjunto consigam tirar partido da presença da Universidade, aeroporto, porto e vias de acesso às redes transeuropeias de transportes.

### 3.3 - DOMÍNIOS DE TRABALHO A PRIVILEGIAR

Faro ir-se-á manter certamente nos próximos anos como o centro administrativo mais importante a Sul do país, de onde decorrerão importantes oportunidades que deverão ser devidamente acauteladas e asseguradas por parte das esferas governativa e autárquica, sendo expectável que, apesar de alguma redução

de postos de trabalho ao nível dos seus Serviços Públicos, estes manter-se-ão concentrados em Faro, ao nível de todas as representações governamentais, restantes entidades e serviços conexos.

Ao nível da gestão local, e sendo certo que, tal como hoje se constata, a diversidade de papéis e responsabilidades (bem como a sempre sentida dificuldade de respostas céleres e conclusivas tomadas de decisão e pareceres emitidos pelas mais diversas entidades públicas) existentes ao nível de organismos e entidades públicas mais não serve do que de obstáculo às potenciais dinâmicas empresariais, algo terá que se clarificar e assumir, em especial ao nível do Governo da República, para que os seus quadros de decisão a nível regional e local cumpram da melhor forma o seu papel de facilitador e dinamizador das iniciativas privadas.

## A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

A nível urbano, Faro dispõe inegavelmente de espaços urbanos, edifícios e equipamentos com muito valor e ótimas condições para a realização de eventos, bem como de grandes potencialidades do ponto de vista turístico e cultural (em muitos casos ainda por explorar) tal como recentes realizações desenvolvidas no centro histórico de Faro e Estoi o demonstraram, sobre os quais importará certamente desenvolver um programa de intervenção e utilização que poderá ser um dos elementos estruturantes a curto e médio prazo da nossa dinâmica urbana.

Importa também acautelar, e conforme análises efetuadas aos atuais níveis de ocupação dos espaços urbanizáveis disponíveis (as próprias estatísticas relativas ao PDM em vigor assim o demonstram), a capacidade de oferta de novas áreas residenciais hoje existentes em Faro nas suas zonas de expansão, mais do que serve as projeções de população para as próximas três décadas.

Face à realidade dos últimos anos, enquanto não existirem políticas e instrumentos de estímulo e apoio à regeneração dos espaços centrais da cidade combinadas com um novo quadro de exigências e limitações ao crescimento em termos de áreas urbanizáveis, a oferta tenderá a continuar no sentido da expansão da malha urbana, daí resultando os já conhecidos (e vívidos) custos de transportes, acessibilidades, de desertificação urbana e degradação urbano comercial.

Face à recente alteração da lei do arrendamento, pensamos que poderemos vir a ter novas condições de atratividade para esses investimentos para que eles se concretizem e apareçam novas respostas por parte da oferta de alojamentos e espaços comerciais já que, como também constatamos hoje em dia, o acesso ao financiamento bancário e o rendimento das famílias não irá certamente evoluir no mesmo sentido em que anteriormente, em que a aquisição de casa própria era a solução mais comum.

Haverá pois novas condições para atração de investimentos, empresários e residentes, em especial para zonas em que o mercado do arrendamento possa funcionar, situações que, pensamos, serão exatamente propícias à revitalização dos centros históricos. Iremos no entanto ter que acautelar essas medidas de política com as relativas à tributação do património, pelo que há também aqui um novo quadro de oportunidades e de trabalho por parte das entidades autárquicas que importará esclarecer e onde intervir.

Haverá no entanto que fazer esse trabalho de forma cuidada para que (a exemplo do que sucedeu nas últimas décadas, em que Faro perdeu capacidade de fixação de milhares de novos residentes que tiveram que comprar casas nos concelhos vizinhos face à relação qualidade-preço das habitações) essa regeneração permita a atração de diversas classes de residentes, bem como para a criação de novos espaços de oferta hoteleira, restauração, comércio e serviços turísticos.

## O DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

Parece-nos pois relevante que todas as entidades públicas e associativas assumam nos próximos anos um trabalho concertado, em resposta às expectativas e interesses de residentes, instituições e empresários, na concretização de atuações que, utilizando os recursos, equipamentos e infraestruturas de forma eficiente, facilitem a instalação e desenvolvimento de negócios e empresas, promovam a competitividade dos nossos produtos, bens e serviços, e promovam as melhores condições de vida para os residentes.



Só assim poderemos vir a criar os novos postos de trabalho necessários à fixação da população em Faro, fazendo evoluir nos próximos anos o nosso padrão de oferta (muito concentrado no sector público e serviços turísticos) e gerando os rendimentos ajustados a níveis de condições de vida e de coesão social correspondentes a um concelho dinâmico e moderno como ambicionamos.

#### A OFERTA DE EQUIPAMENTOS, ATIVIDADES E SERVIÇOS PÚBLICOS

Que vias de atuação deveremos seguir para que se assegurem essas ofertas, a toda uma sociedade que viveu os últimos 20 anos numa certa ilusão de que existiriam rendimentos disponíveis crescentes por parte das entidades públicas para cada vez melhores níveis dos seus equipamentos e serviços, quando a realidade de hoje mudou radicalmente?

Deveremos e conseguiremos mudar o modelo de funcionamento e de exploração para esses mesmos equipamentos? E que tipologia de equipamentos deveremos criar, quando o elemento custo é cada vez mais determinante, inclusive para a sua operacionalidade?

Para tal, será também importante de analisar e tomar em consideração o designado efeito escala. Tanto ao nível das empresas (para as quais a dimensão do mercado que atingem, logo das suas potenciais vendas e capacidade produtiva, a par da sua estrutura de consumo de recursos, são relevantes na sua rentabilidade e potencial de crescimento) como em qualquer outra organização, conseguirmos utilizar da forma mais eficiente possível os nossos recursos passa por nos organizarmos e sermos capazes de fazer cada vez mais, com menos recursos, serão necessariamente elementos-chave para o nosso processo de desenvolvimento futuro.

Perante a conjugação de ambos os fatores iremos certamente continuar a ter, por parte da população, grandes expectativas quanto à oferta pública de atividades e equipamentos públicos dedicados ao lazer, ao desporto e à cultura. A eles juntar-se-á naturalmente a camada mais idosa da população com níveis de conhecimento e formação média bem mais elevadas que nas ultimas décadas, e as quais têm também demonstrado crescente interesse pelas atividades culturais, de ar livre e desportivas.

Significam estes dois elementos de análise que todas as entidades públicas serão chamadas a assegurar todo um conjunto de equipamentos e serviços públicos que respondam às suas expectativas e necessidades, sem esquecer naturalmente os restantes estratos populacionais, e tendo em linha de conta o decréscimo de recursos (essencialmente humanos e financeiros) que continuarão a marcar, no mínimo, os próximos 10 anos da vida económica e social em Portugal.

#### O PATRIMÓNIO E O TURISMO

A nível turístico, Faro tem das melhores condições no Algarve para ser (re)conhecido como uma cidade agradável e que convida a ser visitada por parte de todos os turistas que demandam a região mas, não só precisa de se dar mais a conhecer, como em especial precisa de se qualificar para tal. Se é certo que a não existência de uma oferta ao nível de restauração e bebidas, bem como animação noturna, diversificada e de qualidade, se constitui como uma barreira à atração de pessoas (o exemplo próximo da zona ribeirinha de Olhão é um claro exemplo disso) a degradação de alguns edifícios também traduz uma desertificação e abandono urbano que importa ultrapassar.

Que fazer para tornar mais atrativa (para viver e estar) toda a zona ribeirinha e zonas históricas de Faro será certamente um dos grandes desafios dos próximos anos. Toda a zona central da cidade tem uma enorme capacidade de oferta em termos residenciais (e mesmo de fixação de projetos empresariais, ligados ao comércio, turismo e serviços) ainda por desenvolver e, tal como os inquéritos e entrevistas realizadas o demonstraram, há que aproveitar todo o potencial de regeneração das zonas históricas para as revitalizar e dinamizar do ponto de vista socioeconómico.

Para além dos recursos turísticos associados aos espaços e equipamentos de grande valor patrimonial (ex-libris e principal atrativo do nosso concelho, e em particular da cidade), serão naturalmente de ter em linha de conta os restantes recursos, como sejam o parque natural, as ilhas barreira, o barrocal, os centros e zonas

rurais, e a própria oferta cultural existente, elementos estes que estão neste momento a ser avaliados, tendo em vista a elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico a nível local.

## A JUVENTUDE

Por outro lado, e conforme evidenciámos nas análises estatísticas anteriormente apresentadas, Faro é também um concelho que se poderá considerar “jovem” dada a repartição da população pelos escalões etários de idades mais baixas, devendo vir a manter-se essa situação nos próximos anos, pelo efeito de atração de estudantes universitários e recém licenciados que aqui se têm fixado, nas últimas décadas, graças à tipologia de postos de trabalho oferecidos, e em especial por parte do setor dos Serviços.

## AS FRENTES RIBEIRINHAS

Outra área de grande atenção no futuro centra-se nas frentes ribeirinhas; neste domínio muito há a programar, de modo a que se venham a concretizar, e novamente em resposta a fáceis e diretas constatações, críticas e comentários recebidos, para uma maior revitalização de toda a nossa frente de contacto com a Ria Formosa e frentes de mar.

O desafio será certamente enorme, mas os mais diversos exemplos e situações similares observados um pouco por todo do mundo revelam-nos que o desenvolvimento e a dinamização das zonas ribeirinhas são um instrumento necessário à qualificação das condições de vida e bem-estar das populações, sendo no entanto necessário intervir pela via da qualificação paisagística e ambiental, mas também, e muito em especial, pela oferta de atividades e serviços que atraiam utilizadores.

Para além da regeneração urbana, acessos e estacionamento, somente com a oferta de espaços para a instalação de restaurantes, cafés, bares e lojas, é possível tornar atrativas essas zonas, pelo que novas medidas terão que ser tomadas para que, através de uma nova organização e melhor aproveitamento dos equipamentos e territórios, eles possam ganhar uma nova dinâmica de vivência urbana, por via de um melhor aproveitamento para as atividades turísticas, desportivas e de lazer.

Uma referência especial ao papel que diversas entidades públicas e empresas estatais terão neste processo, já que, por exemplo, desde o Ministério da Defesa até à própria CP existirão muitas responsabilidades nesse processo, mas também muitas oportunidades para o próprio Estado poder rentabilizar melhor os seus espaços e equipamentos. Também aqui, naturalmente, muito há ainda por fazer em termos de sinergias e mobilização dos interesses públicos.

Por último, há que dar uma nova atenção a todo o potencial do território abrangido pela Ria Formosa, aos mais diversos níveis, desde os aspetos dedicados à proteção e conservação da natureza, até ao seu potencial económico. Para além de toda a riqueza da sua biodiversidade, e dos seus impactos internos e externos, estão aqui instalados equipamentos claramente estruturantes para a região (como o aeroporto, o porto comercial, e diversos equipamentos náuticos e pesqueiros) e desenvolvem-se inúmeros tipos de atividade económica que importa aproveitar em toda a plenitude, desde as áreas de investigação aplicada a desenvolver pela Universidade do Algarve, até às sinergias entre produtores, empresas de transformação e empresas comercializadoras, não deixando de reiterar o papel e responsabilidade nesse processo por parte das diversas entidades públicas. Muito há para fazer, de forma integrada e programada, para o que será necessário clarificar as competências e responsabilidades de cada entidade, de modo a tornar eficazes as ações conjuntas.

Desde que cada um cumpra o seu papel da forma mais operativa e eficaz possível, resultará certamente fácil e mais eficiente para os restantes, rentabilizando-se todo o potencial económico, no respeito e salvaguarda pelos aspetos ambientais e de sustentabilidade global.

Teremos pois que assegurar um melhor “ordenamento e funcionamento” do território no seu todo, mais preocupado com o ambiente, a qualidade de vida e a coesão social, utilizando da melhor forma os diversos espaços e equipamentos públicos existentes, no sentido de podermos vir a gerar um novo sentido de



afirmação e maior competitividade por parte da economia local.

#### O AMBIENTE, A MOBILIDADE E O SISTEMA DE TRANSPORTES

No âmbito do sistema de transportes e de mobilidade, importa salientar a preocupação com o atual quadro de funcionamento das diversas ofertas de transportes públicos, já que, perante a evidência da não existência de títulos (bilhetes) únicos para os diversos meios de transporte (e mesmo, atualmente, dentro das diversas ofertas de transportes rodoviários, em que existem diferentes títulos de passes e bilhetes), bem como de uma desarticulação ao nível dos horários e frequências, nem poderemos falar da existência de um sistema de transportes de nível local e/ou regional.

É certo que a dispersão residencial, dos locais de emprego e dos serviços e equipamentos públicos hoje contribui de forma decisiva para o predomínio do uso do transporte individual, embora para tal também contribua de forma decisiva a enorme ineficiência do atual sistema de transportes urbanos e interurbanos.

Importará também saber atuar e elaborar programas de atuação que intervenham nas restantes áreas de preocupação ambiental, desde a gestão dos resíduos e espaços verdes, até a uma melhor gestão das zonas agrícolas e naturais, paisagens e zonas ambientais protegidas, não descurando as responsabilidades com a qualidade de vida e ambiente nos espaços urbanos, dentro dos conceitos e políticas associadas às cidades saudáveis.

#### O TRABALHO EM REDE

Iremos assistir no futuro a novos modelos de trabalho em rede, com diversos níveis de responsabilidade e competências, e necessariamente num maior espírito de entreajuda, na busca de uma maior complementaridade de interesses e atuações (mais assertivas, face às limitações de hoje, pelo que, cada vez mais, qualquer iniciativa a desenvolver terá que, necessariamente, partir de uma análise muito mais cuidada do que até aqui quanto aos benefícios desencadeados pelo nível de uso dos meios e recursos utilizados).

Devido ao dinamismo, e espírito de iniciativa das mais diversas associações existentes no nosso Concelho, assistimos a um número médio de eventos e atividades regulares bastante elevado face à média nacional. O Município de Faro apoia, em média, mais de 1 evento por dia, através dos seus recursos humanos, equipamentos, materiais e logística. Existirão no concelho de Faro mais de 200 entidades de carácter associativo, quando o panorama há cerca de 15 anos seria de cerca de 50.

Cada uma com a sua característica, especificidade e mesmo alguma “especialização”, abrangem hoje praticamente todas as áreas de atividade e públicos. Sendo certo que elas próprias se deparam com crescente dificuldades de organização e recursos (mesmo as empresas apresentam dificuldades crescentes na disponibilidade de apoios materiais e financeiros), terão pela frente também a necessidade de criar entre elas sinergias de cooperação e entreajuda, desenvolvendo outro tipo de projetos e iniciativas, eventualmente até de escala e dimensão diferentes.

Como um dos cenários a estudar, poder-se-á colocar a hipótese se de criarem novos modelos de eventos em que os equipamentos e infraestruturas de uns possam servir à organização de atividades por outros, otimizando-se assim as condições para o aparecimento de novas iniciativas.

#### A COOPERAÇÃO A NÍVEL SUPRA-MUNICIPAL

Justificar-se-á portanto, uma maior atenção nos próximos anos à designada escala geográfica onde poderemos atuar. Tal como será cada vez mais difícil que pequenas organizações de bairro ou muito especializadas empresas consigam sobreviver com elevadas estruturas e custos (mesmo que seja somente com a ocupação de 1 ou 2 pessoas que trabalhem de forma voluntária) e desenvolvendo as suas atividades em pequenas áreas geográficas, pensamos que os horizontes concelhios terão que ser cada vez mais ultrapassados, mediante sinergias e partilha de recursos quer ao nível público, como associativo, e mesmo empresarial.

Um exemplo claro vem dos espaços e equipamentos culturais e desportivos. Se há alguns anos poderíamos pensar que faria todo o sentido (e seria provavelmente a resposta mais adequada até do ponto de vista social e ambiental) a sua repartição no território, e de que teríamos recursos humanos e financeiros para a sua manutenção e exploração, hoje em dia as preocupações com a não disponibilidade de pessoas ao serviço do município e restantes entidades públicas e associativas, e nem como os meios financeiros para a sua contratação externa, terão que pesar decisivamente não só na sua criação futura como também no modelo de funcionamento dos existentes.

Pensamos que essas respostas terão que ser encontradas em novos modelos de exploração, e mesmo na organização de diferentes tipos de atividades, nas quais o associativismo e a interajuda institucional terão um importante papel a desempenhar.

Neste âmbito também a cooperação a nível internacional terá que desempenhar o seu papel, no estabelecimento de pontes e espaços de colaboração, desenvolvimento de competências, incorporação de outras práticas, e mesmo na construção de parcerias públicas e privadas, já que são inúmeras as oportunidades abertas pela nossa localização e facilidade de acessos, bem como pelas redes de colaboração existentes, tanto a nível municipal, como por parte de outras entidades públicas, sendo de referir em especial o papel da Universidade do Algarve neste domínio.

#### A COLABORAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA

Perspetivamos que as cadeias de colaboração e de atividade entre empresas, entidades públicas e associativas terão que vir a desenvolver-se nos próximos anos, mediante uma aposta cada vez mais reforçada nas parcerias, aproveitando tudo o que cada um tiver de melhor num modelo de repartição de tarefas e responsabilidades que lhes permita a montagem de novos projetos ou modelos de aproveitamento de todas as infraestruturas e equipamentos.

Um papel extremamente relevante terá que ser assegurado pelas diversas entidades representativas do Governo na região, não só pelo papel de estímulo e de facilitação ao empreendedorismo (e facilitação não significa menos cumprimento das regras e exigências legais, mas tão somente que não se poderá no futuro perder nenhuma iniciativa empresarial por excessivo tempo de análise e (in) decisão por parte dos poderes públicos) mas sobretudo por lhes corresponder uma atuação de nível local e regional muito mais pró-ativa do que aquela que temos assistido até aos dias de hoje. Perante uma perceção de que estas entidades dificilmente virão a ter mais autonomia ou poderes mais desconcentrados no futuro, perspectiva-se que esse novo modelo de governança a nível local possa ter a vir que ser assegurado também com o nível governamental.

#### A CONSTRUÇÃO E PROJEÇÃO DE UMA IDENTIDADE

Para que possa tirar todo o partido da sua posição geográfica na região, bem como da sua capitalidade administrativa, Faro poderá e deverá apostar numa atitude muito mais pró-ativa em termos de difusão dos seus recursos e valores, por forma a conseguir gerar novas dinâmicas de atração de empresas, residentes e turistas. Por outro lado, e apesar das vantagens decorrentes das suas diversificadas ligações aéreas e rodoviárias, que lhe permitem um reconhecimento internacional elevado, poder-se-á afirmar que, no entanto, essa visibilidade poderia ser muito melhor aproveitada, mediante uma presença mais frequente e marcante em territórios a partir dos quais se poderão vir a gerar esses movimentos de capitais, bem como de visitantes.

Quer pelo nosso envolvimento em campanhas promocionais feitas pelas autoridades públicas nacionais e regionais, bem como pela participação em redes de trabalho de onde possam resultar benefícios diretos de processos de aprendizagem e/ou iniciativas locais de animação e promoção do desenvolvimento, mas sobretudo por um conjunto de iniciativas consequentes, programadas no tempo e enquadradas por políticas e objetivos de marketing territorial, justificar-se-á o desenho de uma estratégia dedicada à construção e comunicação a nível interno e externo do conjunto da nossa identidade.

Recordando os mais recentes passos nesse sentido, haverá que analisar e decidir o que fazer, já que será necessariamente uma tarefa que necessita de sistematização, programação, afetação de verbas, e de uma concretização que assistirá ao conjunto dos atores locais, os quais importará mobilizar nesse sentido.

Assiste-nos ainda a obrigação de aproveitar e potenciar da melhor forma todas as condições de que Faro dispõe para ser um concelho mais dinâmico, social, cultural e economicamente, investindo nos seus fatores de atratividade, de forma inteligente, inovadora e inclusiva do ponto de vista social.

Haverá pois que debater de uma forma muito construtiva, mas também pragmática e programática, as grandes apostas, e delinear estratégias, políticas e atuações que possam vir a ser claramente operativas, as quais poderemos sistematizar nos seguintes Eixos de Desenvolvimento Futuros:

### Objetivos estratégicos

Conseguir criar mais postos de trabalho	Promover uma melhor gestão dos espaços urbanos e rurais	Melhorar a qualidade de vida em Faro	Assegurar o futuro
<b>DINAMIZAR A ECONOMIA LOCAL</b>	<b>ASSEGURAR UMA MELHOR ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL</b>	<b>QUALIFICAR OS FATORES QUE INFLUENCIAM O QUADRO DE VIDA EM FARO</b>	<b>VALORIZAR A NATUREZA E A PAISAGEM, COMO PARTE DOS Nossos MELHORES RECURSOS</b>
Assegurar um aumento da oferta de novos postos de trabalho	Tornar o território atrativo	Onde sabe muito bem viver	Que aproveita de forma eficiente todos os seus recursos

### 3.4 - PONTO DE PARTIDA

Pensamos que Faro poderá hoje em dia ser analisado a partir das seguintes grandes linhas de sistematização e pontos de partida para uma identificação clara das suas linhas de afirmação futuras:

#### VALE A PENA VIVER EM FARO

#### Faro dispõe de um ambiente ímpar para viver

Apesar de se reconhecerem ainda muitos aspetos qualificadores por resolver, o nosso nível de equipamentos e serviços públicos, o número de empresas aqui instaladas, e uma dinâmica própria constante ao longo do ano, tornam Faro uma cidade muito atrativa, como aliás os últimos censos bem o demonstra.

#### TEMOS DINÂMICA PRÓPRIA A NÍVEL LOCAL, DE UMA FORMA REGULAR AO LONGO DOS ÚLTIMOS ANOS E BASTANTE DIVERSIFICADA

#### Com muitas iniciativas que animam e qualificam o território

Beneficiando da existência de muitas associações e entidades, assiste-se ao longo de todo o ano (e de forma regular nos últimos anos) a uma oferta bastante diversificada de conferências, seminários, mostras, festivais, eventos e iniciativas socioculturais, a um nível ímpar na região, e a sul de Portugal.

#### ECONOMIA E EMPREGO ESTÃO AINDA DEMASIADO DEPENDENTES DA OFERTA VINDA DO SETOR PÚBLICO, NÃO SE APROVEITANDO DEVIDAMENTE A NOSSA LOCALIZAÇÃO E DINÂMICA LOCAL

#### Falta dinamismo económico, fruto de menores níveis do investimento empresarial nos últimos anos

Dificultados pela inexistência de espaços de acolhimento, bem como pelas más acessibilidades de atravessamento do centro urbano e de um acesso mais direto a Espanha pela VLA, não temos sido atrativos para a instalação de novas empresas, apesar da existência da Universidade (num processo ainda em evolução

para a satisfação dos seus interesses e necessidades), do aeroporto, do porto comercial e das mais diversas infraestruturas, equipamentos e serviços.

**OS SERVIÇOS PÚBLICOS DEVEM APOIAR UM NOVO DINAMISMO, JÁ QUE, EMBORA A PRESENÇA DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS, QUALIFIQUEM FARO ENQUANTO CENTRO URBANO MAIS IMPORTANTE DO ALGARVE, O SEU DESEMPENHO DEVERÁ MELHORAR, AO SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL, E NUM MAIOR APOIO DAS INICIATIVAS EMPRESARIAIS**

### **Necessitando de Serviços Públicos mais pró-ativos a favor do desenvolvimento**

Sendo generalizado o reconhecimento do peso do sector público na dinâmica local de Faro, o seu desempenho não se encontra ainda ao nível das exigências de uma economia que tem todo o potencial para conseguir gerar mais postos de trabalho a partir da iniciativa privada, pelo que cabe às entidades públicas uma linha de atuação mais atuante e construtiva, ao serviço do desenvolvimento.

**FARO, CIDADE COM HISTÓRIA E PATRIMÓNIO QUE TERÁ QUE SER POTENCIADA NO FUTURO, PARA UMA NECESSÁRIA E JUSTIFICADA REVITALIZAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL, APROVEITANDO TODO O POTENCIAL CRIATIVO DA JUVENTUDE FARENSE**

### **Valorizar o nosso Património e Revitalizar o Centro Histórico**

Embora ainda necessitando de importantes intervenções qualificadoras, ao nível dos seus edifícios e espaços urbanos, o valor patrimonial, histórico e cultural do nosso centro histórico e dos seus edifícios religiosos, públicos e privados é inquestionável, como aliás se tem constatado ao longo dos anos, mas em especial desde que Faro se tornou mais atrativo para o turismo cultural e de curta estadia por via da oferta de voos *low-cost*, e que, como tal terá que ser muito melhor aproveitado.

**A RIA FORMOSA, UMA DAS NOSSAS MELHORES RIQUEZAS, AINDA TEM MUITAS POTENCIALIDADES POR APROVEITAR**

### **Aproveitando melhor os espaços naturais, frentes ribeirinhas e zonas costeiras**

Reconhecendo-se a importância da sua biodiversidade e elementos naturais que terão que se manter como o 1º elemento a preservar e valorizar, a Ria Formosa tem todo um conjunto de recursos e produtos com elevado potencial de exploração económica que importa acautelar, promover e valorizar.

Para tal há que assegurar algumas intervenções públicas que a qualifiquem, contando com os conhecimentos e capacidade de I&D existente na Universidade do Algarve, as quais permitirão criar novas dinâmicas empresariais que tirem todo o partido desses seus recursos.

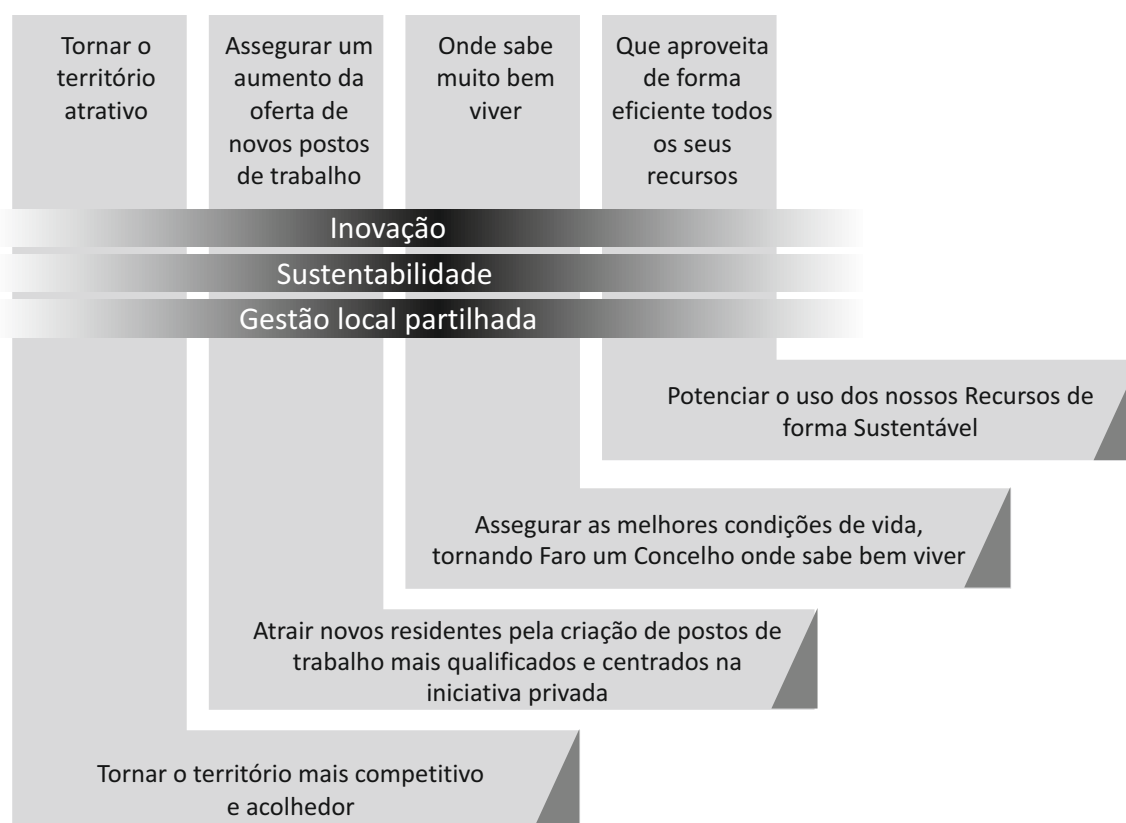
**TEMOS ELEMENTOS COMPETITIVOS, MAS FALTA-NOS DIMENSÃO, INOVAÇÃO E MAIOR COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL PARA O SEU APROVEITAMENTO A FAVOR DO DESENVOLVIMENTO LOCAL**

### **Ganhando dimensão e visibilidade, a uma escala nacional e internacional**

A dispersão de cidades médias ao nível regional nunca favoreceu o aparecimento de um centro urbano com uma dimensão populacional ajustada a uma maior sustentabilidade no funcionamento dos seus equipamentos dedicados à cultura, desporto e lazer, mas também capaz de assegurar competitividade às empresas por via de economias de escala em resultado da redução dos custos de transportes e serviços, como assistimos em outras regiões e países.

Haverá pois que ultrapassar este obstáculo ao desenvolvimento, por via de novos níveis de cooperação institucional e empresarial, assumidos por meio de instrumentos de contratualização que garantam claros compromissos para o curto e médio prazo, bem como na prossecução das iniciativas em rede a nível intermunicipal.

Linhas de força que nos permitem começar a sistematizar as nossas maiores ambições:



#### **Ambiente e vivência urbana**

Como quadro de identidade, de referência e mesmo de valorização, no que respeita à existência de iniciativas de animação, vida social e dinâmica económica, nos nossos espaços urbanos, quer se trate da cidade, apostando nomeadamente na reabilitação e revitalização patrimonial, como nos nossos núcleos rurais.

#### **Acolhimento e dinâmica empresarial**

Estamos em crer que, a não concretização de espaços especificamente dedicados ao acolhimento empresarial nos últimos anos (não tirando partido da nossa localização central e de todos os nossos equipamentos e infraestruturas) terá contribuído de forma decisiva para uma excessiva dependência da oferta de postos de trabalho no sector público e para a perda de importantes empresas para os concelhos vizinhos.

#### **Ordenamento e reabilitação**

Enquanto elemento central na estruturação do território, determinação das grandes áreas de localização das zonas residenciais, empresariais e de equipamentos no concelho, que será certamente responsável no curto e médio prazo pela continuidade (ou não) da desertificação a que se vai assistindo nos espaços centrais da cidade de Faro, e possibilidade (ou não) de expansão dos núcleos urbanos situados nas áreas rurais.

#### **Serviços Públicos ao serviço do desenvolvimento**

O peso do sector público a nível concelhio leva-nos a afirmar que a sua conduta e o papel que desempenhar no futuro terá necessariamente um peso tão significativo que, embora naturalmente ao serviço de toda a região, as entidades públicas deverão que vir a assumir uma conduta e um papel muito mais comprometido com as ambições e apostas de desenvolvimento do concelho, do que até aqui.

### **Cidade com uma forte presença da sua História, mas jovem nos dias de hoje**

Num território tão rico em história e património como o nosso, e com uma percentagem de jovens tão significativa, há que tirar partido de todo o seu poder criativo, aproveitando-o no desenho de um concelho mais dinâmico e inteligente.

### **Ria Formosa e frentes ribeirinhas**

Já que se trata de um espaço único, que nos caracteriza e sobre o qual teremos que desenhar um plano de trabalho muito interessante no futuro, tanto ao nível ambiental, como de aproveitamento turístico e lazer, para além, muito naturalmente, de todo o seu potencial e papel que pode vir a desempenhar a nível económico.

### **Território Criativo, Inovador e inteligente**

As potencialidades criadas pelas novas tecnologias levam-nos a pensar com muita facilidade no seu papel e importância para com o aumento da eficácia e eficiência dos níveis de desempenho e serviços ao nível das diversas entidades públicas, privadas ou associativas, como se fossem o principal instrumento para a modernidade e o crescimento económico.

Num território inteligente contudo, são no entanto os aspetos imateriais, de organização, concertação de esforços, partilha de recursos e programas de trabalho estabelecidos para o médio prazo, aqueles que se apresentam como os mais críticos para a melhoria do quadro de funcionamento futuro das economias locais, bem como de qualidade de vida das pessoas.

É sobre estes que importará trabalhar.

### **Acessibilidade, Mobilidade e transportes**

O peso dos combustíveis fósseis utilizados quer pelos meios de transportes individuais como pelos públicos, e a correspondente responsabilidade na nossa matriz energética, bem como a própria ineficiência e falta de complementaridade que hoje caracteriza o nosso sistema de transportes públicos, leva-nos a considerar estes como um dos principais eixos de atuação futuros.

### **Coesão Social**

Perante os desafios de hoje e dos anos mais próximos, termos consciência do quadro de responsabilidades que serão cometidos a todos os atores regionais e locais, impondo-se por isso um quadro de trabalho bastante exigente, ao nível da geração de rendimentos, oferta de postos de trabalho, condições e qualidade de vida, da habitação e saúde, bem como de todo o desenvolvimento e aproveitamento das competências e saberes de cada um, por parte das entidades públicas, associações e empresas.

### **Cooperação institucional, para uma gestão local responsável e partilhada**

Para uma maior corresponsabilização de todos os seus agentes (em especial em torno das entidades públicas e organizações de carácter associativo), num modelo de gestão partilhada em torno das grandes apostas e projetos estruturantes para o futuro de Faro, mediante novos quadros de contratualização para com o médio prazo, afiguram-se algumas das tarefas de maior importância, logo, das mais críticas a curto, médio e longo prazo.

## 4 Programa Estratégico

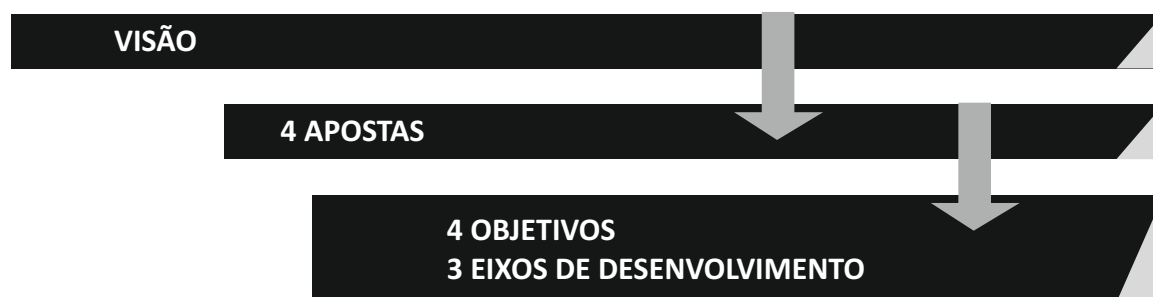
O Programa Estratégico que a seguir se apresenta suporta-se numa lógica de identificação das grandes apostas, desafios e compromissos de trabalho que Faro terá pela frente nos próximos anos, por forma a conseguir assegurar um rumo sustentável e equilibrado para o seu processo de desenvolvimento, ao serviço em especial dos seus residentes e das atividades económicas aqui instaladas.

Conforme se irá compreendendo ao longo deste capítulo, tratam-se de desafios colocados a todos, desde o simples indivíduo até às próprias organizações nacionais e entidades governamentais que aqui atuam e terão uma especial influência, no que for construído e implementado a curto e médio prazo.

Como em qualquer outra organização complexa, e os territórios serão das unidades mais complexas onde de combinam, defrontam mas também se conjugam e exercem pesadas influências, caberá sobretudo aos seus atores mais relevantes e com mais poder de influência e de gestão, atuarem de forma complementar e concertada tendo em vista um mesmo desafio de futuro.

Começaremos portanto pela apresentação da visão e das apostas de médio e longo prazo, por via dos 3 principais eixos de desenvolvimento comuns ( transversais ) aos 4 objetivos estratégicos que estabelecemos, estes de carácter marcadamente estruturante sobre o nosso caminho e processo de desenvolvimento futuro.

Em termos esquemáticos teremos:



### 4.1 - VISÃO

Pelo apontar de uma visão pretende-se estabelecer uma ambição de longo prazo, como posicionamento ideal do concelho de Faro no quadro do território regional, nacional e mesmo internacional.

Faro, tal como a grande maioria das cidades portuguesas nos próximos anos, enfrenta o desafio de conseguir alcançar um maior ritmo de crescimento e um maior nível de dinamização económica, única forma de gerar novos postos de trabalho e de fixar novos residentes.

Serão estes certamente os eixos que se terão de trabalhar de forma bastante sólida num futuro próximo.

Não sendo suficiente, termos dinâmica empresarial, comercial e de serviços, os elementos de atração serão certamente algo que nos permitirá diferenciar-nos, desde que nos concentramos também numa enorme diversidade de elementos materiais e imateriais de bem estar e qualidade de vida.

Entende-se pois que o grande desafio em que nos deveremos concentrar, num trabalho contínuo de conjunto, e em atitudes positivas e construtivas a desenvolver por todos (entidades, instituições, associações, empresas e cidadãos em geral), será o de construirmos **Faro** como

**o melhor local para se viver, ao Sul de Portugal**

numa atitude ambiciosa para que o concelho de Faro e em particular a sua cidade se possa posicionar como um local de vida com qualidade, orgulhosa da sua história, mas também inovadora e capaz de oferecer postos de trabalho e as melhores condições de vida àqueles que conseguirmos atrair, no Algarve e em especial no seu espaço metropolitano central.

## 4.2 - APOSTAS

As apostas constituem-se nas grandes vias de afirmação de Faro, enquanto elementos âncora de trabalho, para as quais deverão concorrer os objetivos estratégicos, as políticas e as medidas / tipologias de ação.

Num raciocínio que poderá corresponder à soma, ou mesmo sequência, de grandes passos no caminho de um desenvolvimento sustentado, e sustentável, identificaram-se como principais compromissos de trabalho a necessidade de dispormos de um território mais atrativo, que possa captar e fixar novas empresas e residentes, qualificando todos os elementos e fatores que contribuem diretamente para as condições de vida, no respeito pelos recursos naturais e fatores de sustentabilidade ambiental.

Assegurar uma melhor organização territorial	Dinamizar a economia local	Qualificar os fatores que influenciam a qualidade de vida em Faro	Valorizar a natureza e a paisagem, como parte dos nossos melhores recursos
--	----------------------------	---	--

Apostando-se pois nos seguintes 4 grandes elementos de trabalho para o futuro:





## Apostas para o futuro de Faro

**4.2.1 - Um território organizado de forma a que se melhorem as condições de ocupação empresarial, as acessibilidades e a mobilidade, bem como o quadro de vida para os seus residentes :**

### **Um território atrativo**

Promovendo um território de forma organizado com melhoria no investimento de ocupação empresarial, dispondo de condições e escolhas de acessibilidade e mobilidade no que concerne ao seu desenvolvimento, bem como à qualidade de vida das populações.

É necessário um modelo de gestão que torne mais atrativo, dinâmico e competitivo, para melhorar as capacidades de uso do solo e respetivas condições de ocupação

**4.2.2 - Uma aposta clara na criação de novos postos de trabalho :**

### **Assegurar maior empregabilidade**

Apostando num maior dinamismo dos níveis de atividade económica, suportada no conhecimento e em melhores serviços públicos, facilitando e estimulando o investimento privado, como via para serem gerados novos postos de trabalho, bem como para a valorização dos recursos e produtos locais.

**4.2.3 - Um concelho onde sabe muito bem viver:**

### **Apostando na qualidade de vida**

Valorizando a vivência urbana e social no concelho, em torno dos seus direitos de bem estar, essenciais à melhoria da qualidade da vida da população através de atividades de lazer e desportivas.

**4.2.4 - No qual se aproveitam de forma sustentável todos os recursos:**

### **Promovendo a salvaguarda do ambiente e do desenvolvimento**

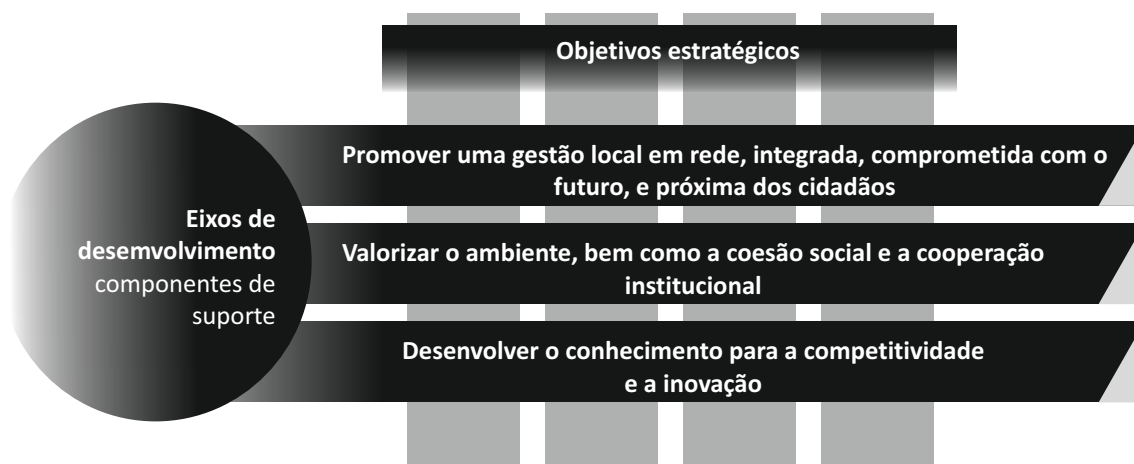
Pretende-se que o modelo que Faro venha a seguir tenha em conta os desafios, mas também as oportunidades, decorrentes das alterações climáticas, das necessárias medidas de eficiência energética e de todo um quadro de atuação mais sustentável, salvaguardando e valorizando o ambiente através dos espaços urbanos, rurais e naturais.

## **4.3 - EIXOS DE DESENVOLVIMENTO**

Enquanto componentes de suporte, atuam junto dos objetivos e atuações estratégicas, funcionando como linhas de força do processo de desenvolvimento e elementos de acompanhamento permanente, assegurando uma atuação integrada e transversal às apostas estratégicas, políticas, medidas e tipologias de ação.

Como será mostrado em seguida, aquando da explicitação do que se pretende desencadear por meio destas linhas de força, de motivação, mas também de confiança no futuro, apresentam-se em seguida as 3 grandes linhas de conduta permanentes (de continuidade no tempo e de interligação com o processo de desenvolvimento), que se cruzam com os principais pilares de afirmação futura (objetivos estratégicos), e que são assentes:

Na forma como a sociedade se comporta e atua (através dos seus órgãos representativos de poder e de gestão, mas também por parte da sociedade civil e das empresas), no peso dado aos 4 grandes pilares de um desenvolvimento mais sustentável (ambiente, desenvolvimento económico, coesão social, e cooperação institucional), na certeza de que teremos de atuar cada vez mais de uma forma mais eficaz, eficiente e promovendo sempre a qualidade de vida, de trabalho, e de funcionamento da sociedade, ou seja, sendo mais inteligentes no nosso dia a dia, individual e coletivo.



Desenvolvem-se pois em seguida estes grandes princípios de trabalho, entendidos como elementos transversais, de compromisso e influência na forma como atuaremos em cada um dos grandes pilares de aposta estratégia futura para Faro, que serão em seguida apresentados.

Para melhor compreensão dos seus objetivos mais amplos de interação com os objetivos estratégicos que apresentaremos no capítulo seguinte, definem-se em cada um deles os princípios de trabalho, que designaremos por políticas de atuação, bem como as linhas de responsabilização na forma como serão conduzidas essas mesmas políticas, e as quais designamos por medidas.

Para uma compreensão mais clara do que tendemos por estes conceitos, passamos a transmitir que, por políticas entendem-se todo o conjunto de atitudes e princípios de atuação que funcionam como elemento de impulso, mas também de condução e orientação à implementação do conjunto de medidas e linhas de ação.

As medidas funcionam como elemento agregador e de consolidação das tipologias de ação.

Estas, por seu lado, são as bases de trabalho à programação e definição de ações no âmbito do futuro plano de ação local.

## Eixos de desenvolvimento preconizados

### 4.3.1 - Promover uma gestão local em rede, integrada, comprometida com o futuro, e próxima dos cidadãos,

#### sendo mais Inteligentes

Sendo cada vez mais importante que, para o aparecimento de atitudes empreendedoras (e não só na sua dimensão empresarial) por parte dos jovens e da população residente, se lancem desafios, se premeiem os projetos modernos e arrojados, importa adotar uma atitude clara de incentivo à criatividade como elemento-chave para que a inovação surja e se concretize em projetos de origem local, nas mais diversas áreas (social, económica e cultural, por ex.).

Sem uma aposta clara, e transversal dirigida a todos os níveis de escolaridade, no desenvolvimento de novas competências de carácter literário e profissional, bem como na sua estruturação e enfoque em torno dos produtos e valores locais, dificilmente poderão vir a ser gerados elementos inovadores de promoção de um desenvolvimento local ajustado aos desafios das sociedades de hoje.

para este eixo de desenvolvimento pensamos que deverão ser desencadeadas as seguintes políticas e medidas:

## POLÍTICA/MEDIDA

**Construir um modelo de gestão local, partilhado aos mais diversos níveis,** assegurando o envolvimento e contratualização com os principais agentes e responsáveis pela gestão local, numa base programática que aposte em poucos mas estruturantes projetos.

As mais recentes experiências e resultados conseguidos em processos de desenvolvimento local considerados como de maior sucesso e impacto nas sociedades de hoje, resultam de situações e casos concretos em muitas cidades por esse mundo fora, nas quais os compromissos são assumidos com sentido de responsabilidade e num compromisso para com o futuro, por parte dos mais importantes atores locais.

O envolvimento de interesses públicos e privados distintos para com a concretização de projetos estratégicos para o desenvolvimento dos territórios tem resultado de forma bastante positiva em muitas e variadas situações, mas somente nos casos em que cada um assume as suas responsabilidades individuais, e cumpre os seus compromissos assumidos com os restantes parceiros envolvidos.

Pensamos que existem para Faro determinados projetos estratégicos para o concelho (e que não se traduzirão necessariamente unicamente através de obras e novas construções), e os quais poderão vir a funcionar como novos marcos no processo de desenvolvimento de Faro, que somente terão impacto e poderão traduzir-se nas necessárias mudanças no nosso atual status quo caso sejam compreendidos, aceites e desenvolvidos a partir de um conjunto de entidades que os implementem em conjunto, partilhando esse processo junto da sociedade civil.

“Ter a vontade de trabalhar de forma conjunta para o desenvolvimento dos projetos estruturantes no nosso concelho, envolvendo as mais diversas entidades públicas e a sociedade civil” já não é, nem poderá ser no futuro, uma simples frase, sem concretização prática no terreno.

Esse tipo de iniciativas e desafios necessitarão que os seus diversos responsáveis atuem de forma concertada, assumindo individualmente as suas tarefas e responsabilidades de acordo com o programa que vier a ser estabelecido, tal como já temos tido a oportunidade de verificar em algumas situações recentes.

Necessitaremos somente que exista concertação nas prioridades e uma contratualização no trabalho a desenvolver, a curto e médio prazo, ou seja, que exista sentido de responsabilidade e compromisso partilhado para com o futuro de Faro.

## POLÍTICA/MEDIDA

**Apostar no desenvolvimento de sinergias de cooperação e trabalho, a nível regional e internacional,** concretizando uma estratégia e um plano de trabalho em rede a nível intermunicipal, e de cooperação nacional e internacional, que seja catalisador e apoie o processo de desenvolvimento.

Os claros aspetos positivos retirados das experiências ainda recentes de trabalho em rede por parte de alguns municípios algarvios, que as colocaram numa posição de alguma liderança e protagonismo a nível nacional (em domínios tão diversos quanto a programação cultural em rede, a modernização administrativa ou a partilha de conhecimentos na instalação de equipamentos de eficiência energética) e onde Faro tem recolhido importantes ensinamentos, transmitem-nos a importância de se ganhar dimensão, escala e capacidade de concretizar projetos à escala intermunicipal, e mesmo supramunicipal.

Faro, em paralelo com as restantes cidades algarvias, consideradas como de reduzida dimensão, à escala das hoje consideradas cidades médias, a sua dispersão no território e a sua localização periférica face à união europeia, só terá a ganhar com a sua participação em projetos a essa escala, quer para aprender com outras cidades e territórios mais desenvolvidos, quer para poder estar presente noutros planos de cooperação e de trabalho.

Importa pois ter uma estratégia nesse sentido, elaborando o seu próprio programa de cooperação e de internacionalização, no qual deverão ser envolvidos todos os atores locais e regionais interessados, pois importa prepará-lo na lógica regional, nacional, europeia e mesmo mundial.

**POLÍTICA/MEDIDA**

**Conhecer e dar a conhecer Faro**, produzindo e concretizando um plano de comunicação a nível local e de marketing territorial.

Para que possa tirar todo o partido da sua posição geográfica na região, bem como da sua capitalidade administrativa, Faro poderá e deverá apostar numa atitude muito mais pró-ativa em termos de difusão dos seus recursos, por forma a conseguir gerar novas dinâmicas de atração de empresas, residentes e turistas.

Esse é no entanto um processo que necessita de apostar também no envolvimento de todos os residentes e empresas, impondo-se portanto a concretização de uma estratégia de promoção territorial, de valorização e projeção da sua identidade e valores, a nível interno e externo.

#### 4.3.2 - Valorizar o ambiente, bem como a coesão social e a cooperação institucional,

##### **assegurando um processo de desenvolvimento, cada vez mais sustentável e inclusivo**

Há que assegurar o estabelecimento de compromissos de longo prazo, para uma gestão local mais eficiente., concentrando esforços e recursos em ações bem precisas no tempo, e que tragam resultados que contribuam para os grandes objetivos de médio e longo prazo.

No âmbito deste Plano Estratégico utilizar-se-ão os conceitos de desenvolvimento sustentável plasmados na Carta de Aalborg +10, ou seja, integrando também a componente de compromisso e envolvimento institucional dos principais agentes locais associados a um processo de crescimento e desenvolvimento responsabilizado com o ambiente, o desenvolvimento económico e a coesão social.

Para este eixo de desenvolvimento pensamos que deverão ser desencadeadas as seguintes políticas e medidas:

**POLÍTICA/MEDIDA**

**Promover a salvaguarda do meio ambiente**, recuperando áreas e espaços protegidos, e desenvolvendo práticas ambientalmente mais corretas.

Tendo presente que no encontramos numa fase de grande escassez de recursos financeiros, importa no entanto manter práticas de proteção ambiental, nomeadamente nas zonas periféricas urbanas, espaços ribeirinhos e zonas agrícolas.

Será por isso importante detetar e procurar promover a combinação destes interesses com eventuais novas oportunidades de negócio ( novos produtos, subprodutos, atividades, por ex. ) de modo a se poderem captar recursos financeiros privados para este tipo de intervenções, na certeza de que estes promovam exatamente a reabilitação e valorização ambiental nas suas áreas geográficas de atuação.

**POLÍTICA/MEDIDA**

**Assegurar um apoio social e inclusivo aos mais desfavorecidos**, respondendo às carências e dificuldades ao nível da habitação, nas respostas sociais na área da deficiência e outros públicos excluídos, através de uma integração solidária.

Tendem infelizmente a agravar-se as situações e carências dos mais desfavorecidos, quer por situações de desemprego, baixas qualificações, doença, idade ou simples exclusão social, importando portanto atuar de forma bastante eficiente, mobilizando os recursos humanos, técnicos e financeiros disponíveis para acorrer de uma forma bastante rigorosa à minimização dessas situações.

Haverá, nomeadamente, que procurar assegurar um modelo organizativo de trabalho e intervenção que envolva todas as entidades com aptidão, competências e experiências nestes domínios, procurando desenvolver programas de atuação que otimizem os recursos disponíveis, maximizando o seu impacto e os

**POLÍTICA/MEDIDA**

Desenvolver os instrumentos dedicados à gestão integrada de infraestruturas e equipamentos, planeando os investimentos, a manutenção e a sua exploração por via da colaboração operacional entre as diversas entidades envolvidas.

Não só pela diversidade de empresas e entidades que têm atuação no território, demasiadas vezes sem qualquer acautelada programação de conjunto, com os conhecidos impactos negativos junto de empresas e residentes, mas também ( e cada vez mais ) pela necessidade de otimizarmos todos os nossos recursos e procurarmos obter ganhos económicos por via de um melhor modelo de gestão de todas as infraestruturas existentes a nível concelhio, dever-se-á vir a apostar na concretização de um modelo integrado para a sua gestão, envolvendo e comprometendo todas as empresas e entidades públicas intervenientes.

**4.3.3 - Desenvolver o conhecimento para a competitividade e a inovação,****com ambição**

Ter ambição ao nível dos centros urbanos que, como Faro, são compostos por camadas da população bastante jovens, mais do que se apresentar como um desafio, será sobretudo uma elevada responsabilidade por parte das instituições locais que, nos dias de hoje, têm um papel decisivo na estruturação do seu processo de desenvolvimento.

para este eixo de desenvolvimento pensamos que deverão ser desencadeadas as seguintes políticas e medidas:

**POLÍTICA/MEDIDA**

**Colocar a I&D universitária, ao serviço das empresas e do setor público,**  
promovendo o encontro entre as necessidades das empresas, e as competências existentes no meio universitário.

Reconhecendo-se a existência de experiências já bastante interessantes, quer a partir dos Centros de Investigação da Universidade do Algarve, quer por via do seu Centro Regional para a Inovação, haverá no entanto que procurar promover também junto das empresas o encontro entre as competências existentes e as necessidades destas, para que possam surgir inovadores projetos de valorização e potenciação dos nossos recursos locais, através da contratualização de projetos de aplicação de I&D, preferencialmente junto da UAlg., mas também junto de quaisquer outros Centros de competências nacionais ou estrangeiros.

**POLÍTICA/MEDIDA**

**Fomentar as indústrias criativas junto da comunidade jovem e entidades locais,**  
incentivando às parcerias e trabalho em rede, ao nível dos agentes locais, na construção de projetos inovadores e criativos, no meio cultural.

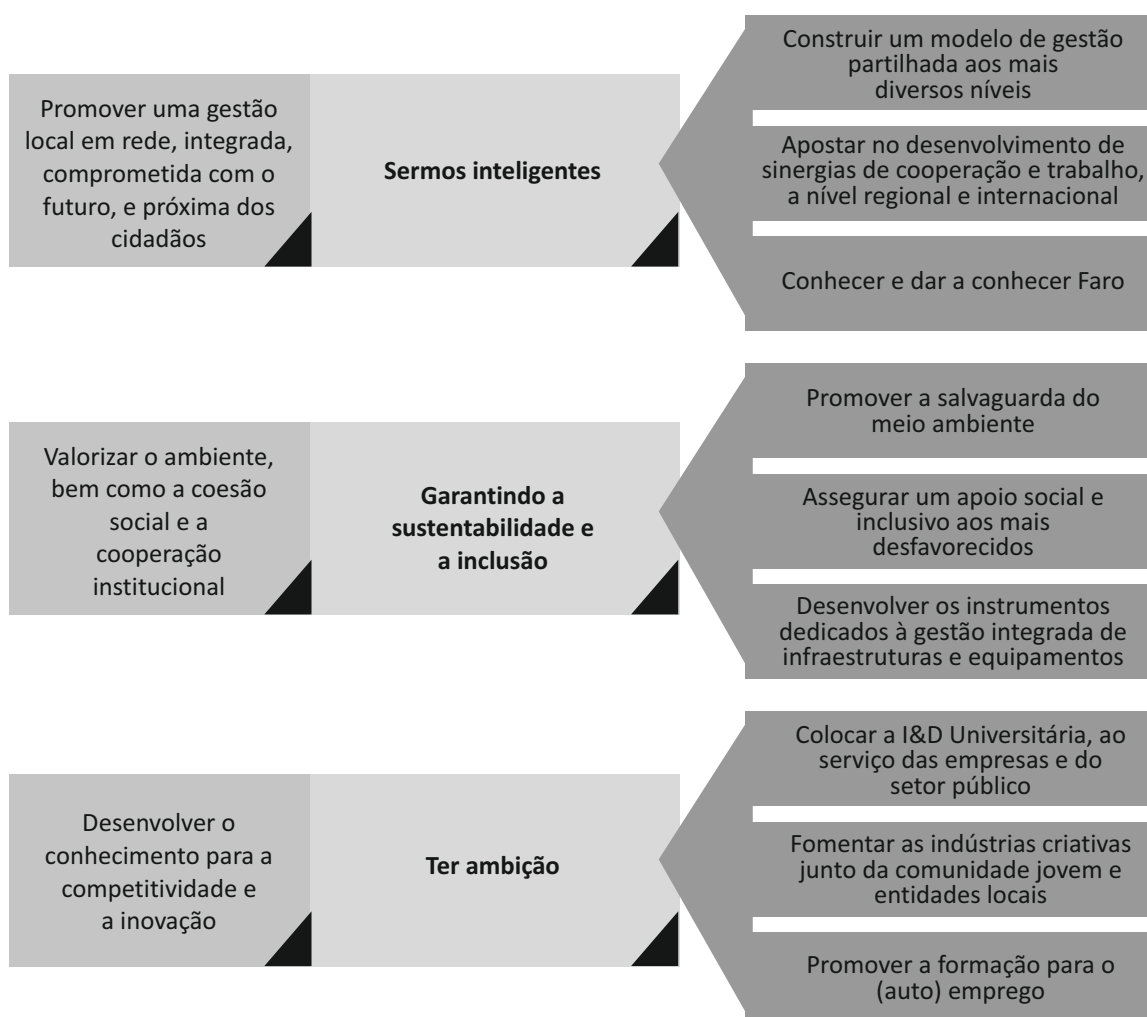
Incentivando-se ao aparecimento de experiências e projetos que combinem temáticas e géneros artísticos diferenciados, bem como o mais amplo leque de entidades públicas e associativas, perspetiva-se que uma nova dinâmica de intervenção e animação urbana poderá ser conseguida, tendo mesmo em vista o aparecimento de novos projetos de empreendedorismo e iniciativas empresariais.

**POLÍTICA/MEDIDA**

**Promover a formação para o (auto)emprego,**  
construindo programas formativos profissionais, nos domínios de maior potencial local de empregabilidade, em estreita ligação com o meio empresarial.

Tendo-se, no decurso do processo de elaboração deste plano estratégico, detetado várias opiniões recomendando um reforço das iniciativas formativas de carácter mais profissionalizando, como forma de responder às mais recentes exigências do mercado de trabalho e por eventuais desadequações por parte da

oferta formativa, suscita-se a importância de que as entidades públicas com maiores responsabilidades e competências nesta matéria (Universidade, Instituto de Emprego e Formação Profissional e Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve, promovam um trabalho de avaliação e eventual reorganização dos seus mecanismos formativos e de colaboração interinstitucional, na estruturação de uma oferta de carácter mais profissionalizante.



#### 4.4 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

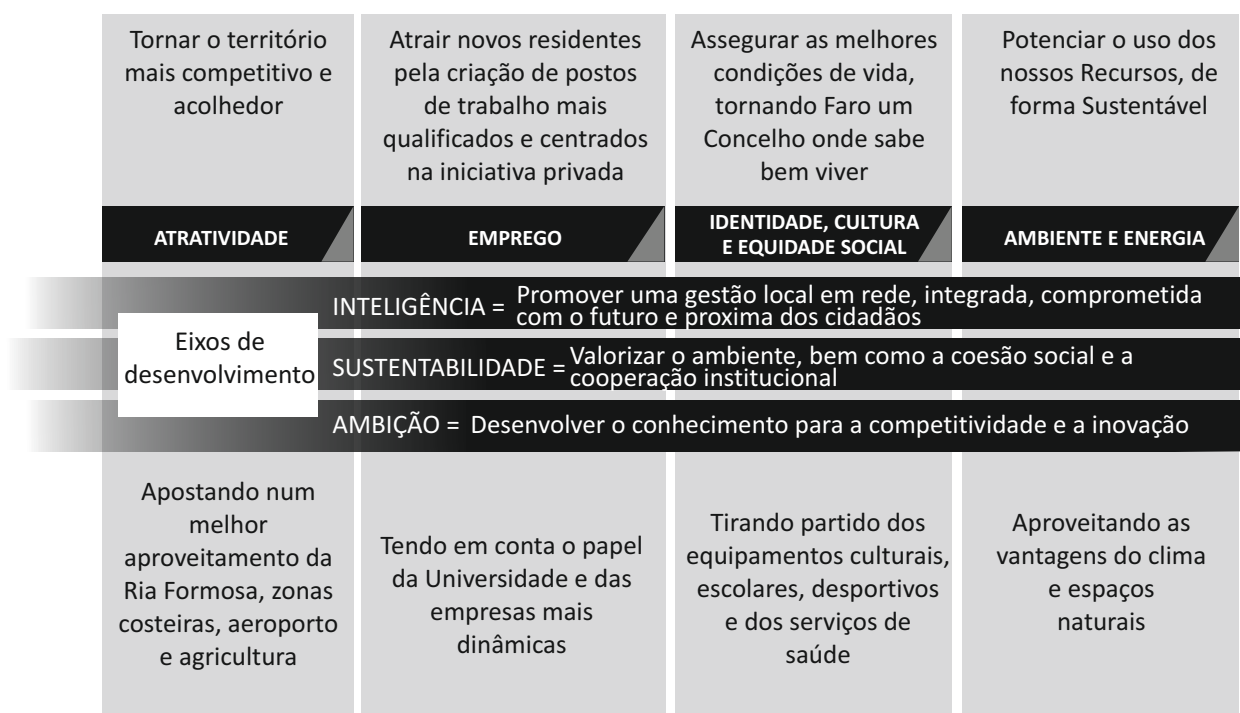
Estabelecer os pilares centrais para a construção de um território mais qualificado e atrativo, implica estabelecer as grandes linhas de conduta, de trabalho e de afirmação, a partir das quais se definirão as políticas e medidas / tipologias de ação.

Esses pilares são os nossos objetivos estratégicos, para cuja concretização deveremos trabalhar no futuro, por via, nomeadamente, das atuações e projetos estruturantes

Para que possa concentrar os seus esforços e as suas apostas Faro deverá ter claramente assumidas algumas linhas de trabalho, que se consideram como centrais na estruturação do território, bem como no estabelecimento de um quadro de vida favorável à atração de residentes e visitantes.

Entendidos como estruturantes e definidores das grandes linhas de trabalho, porque concentram em si as grandes linhas de força e de contudo na condução da gestão territorial, mas também de orientação às principais decisões que se vierem a tomar, os objetivos estratégicos deverão pois ser entendidos como as apostas centrais de estruturação dos principais programas de atuações a partir de agora:

Conforme já apresentado, os nossos objetivos deverão centrar-se no território, nas pessoas, na qualidade de vida e numa utilização mais eficiente dos nossos principais recursos:



Apresentam-se como grandes **objetivos estratégicos**

#### 4.4.1 - Tornar o território mais competitivo, acolhedor e atrativo

Faro possui elevadas restrições ao acolhimento empresarial, debatendo-se também com uma elevada desertificação das suas zonas históricas, pelo que deverá acautelar um modelo claro e determinado na gestão do seu território, de acordo com as prioridades estratégicas que vierem a ser definidas ao nível da atração de novos residentes e de investimentos empresariais.

A partir de um Plano Diretor Municipal que contem em si mesmo um importante conjunto de apostas estratégicas e estruturantes para o desenvolvimento do concelho, importa hoje em dia preparar a sua revisão tendo presente os novos desafios que se colocam aos espaços urbanos, rurais e naturais, para que se assegurem níveis de competitividade territorial que atraiam investimentos privados, estimulem a reabilitação urbana, assegurem a revitalização económica e social dos espaços urbanos já consolidados, bem como a coesão e a inclusão social.

#### 4.4.2 - Atrair novos residentes pela criação de postos de trabalho mais qualificados e centrados na iniciativa privada

Como sucederá em todo o país, a geração de novos postos de trabalho em Faro terá que assentar cada vez mais na dinâmica da iniciativa privada, pelo que importará promover políticas ativas de atração de investimentos, de modo a diversificar a base económica, a qual, deverá, naturalmente assentar nos nossos principais recursos, designadamente, o comércio, o turismo e os produtos ligados ao mar e à terra.

Partindo da natural necessidade de tornar Faro mais competitivo e atrativo para esses investimentos, teremos ainda que apostar num maior aproveitamento das competências existentes na Universidade do Algarve.

Devemos ainda trabalhar na qualificação das pessoas, desenvolvendo novos produtos e serviços, de maior valor acrescentado, apostando na obtenção de ganhos de produtividade e de rentabilidade, através da criatividade e da inovação.

#### 4.4.3 - Assegurar as melhores condições de vida, tornando Faro um concelho onde sabe bem viver

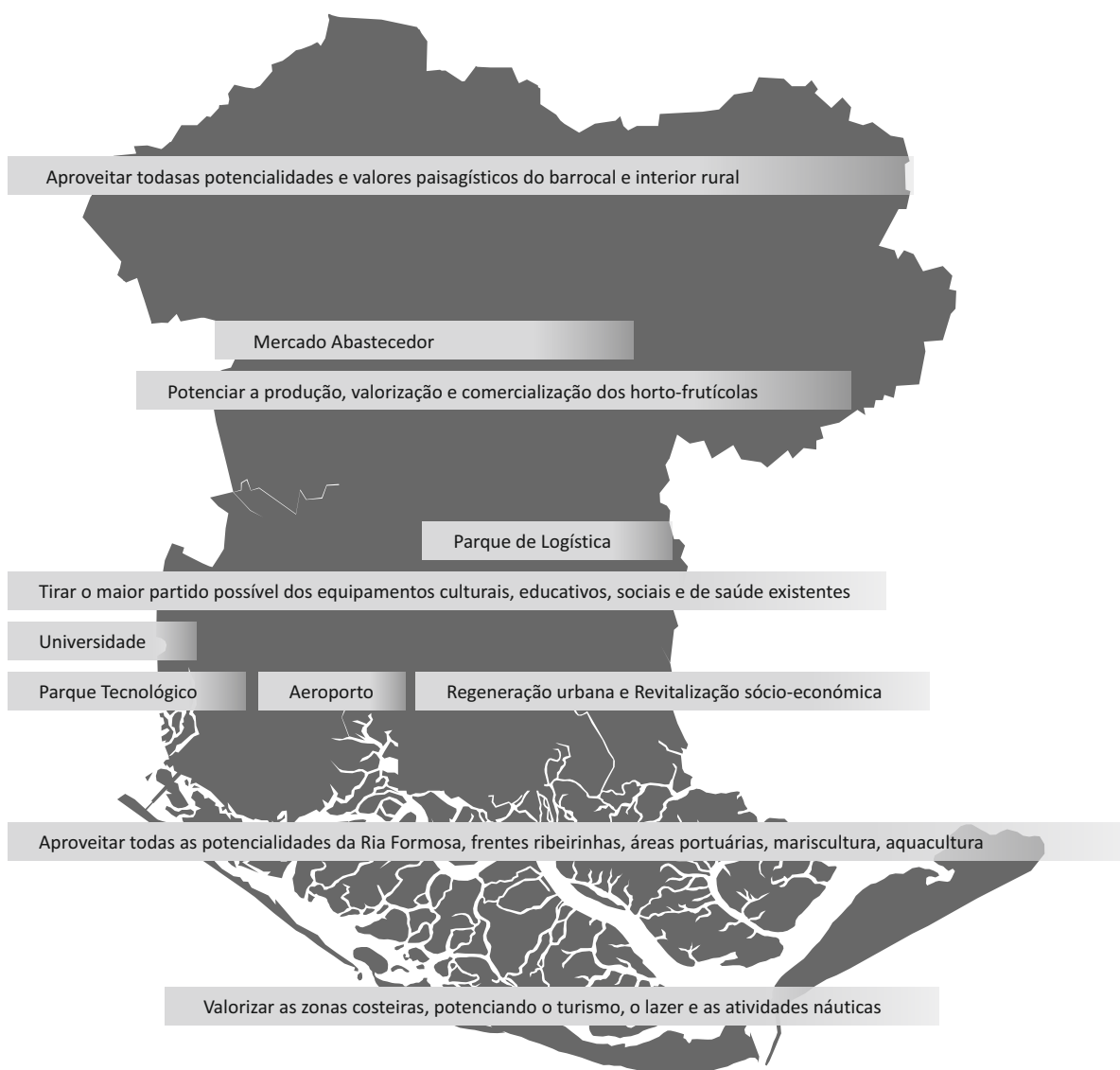
Para que Faro sobressaia como a cidade mais agradável para se viver no Algarve, importa desenvolver um Programa devidamente organizado e estruturado em atuações que tenha continuidade no tempo, tendo naturalmente em conta as restrições existentes, mas fazendo sobretudo sobressair todos os nossos valores humanos, sociais, culturais e paisagísticos.

Tal é extremamente importante, não só para que sejamos capazes de atrair novos residentes, mas sobretudo para que a atual população farensa se sinta bem pelo fato de aqui viver e trabalhar, importará ter uma atenção especial às várias dimensões associadas à qualidade de vida, desde os aspetos socioculturais até à capacidade de gerar novos postos de trabalho, de ter dos melhores centro educativos e de formação profissional, garantir a segurança e o bem estar, facilitando-se assim os mecanismos de inclusão social, capacitação e cooperação institucional.

#### 4.4.4 - Potenciar o uso dos nossos recursos, de forma sustentável

Tendo naturalmente presente o peso territorial dos espaços agrícolas, naturais e paisagísticos, importará assegurar a sua preservação e valorização, mas também tomar em consideração os desafios crescentes provocados pelas alterações climáticas e avanços científicos mais recentes, de modo a que se possam vir a concretizar os necessários investimentos destinados a novos ganhos no domínio da eficiência energética e da proteção ambiental, mas também daqueles investimentos que aproveitam de forma equilibrada e sustentável todos os recursos locais existentes.

Tendo presentes as grandes potencialidades do território





Promovendo-se a concretização das atuações consideradas como as mais estruturantes no território



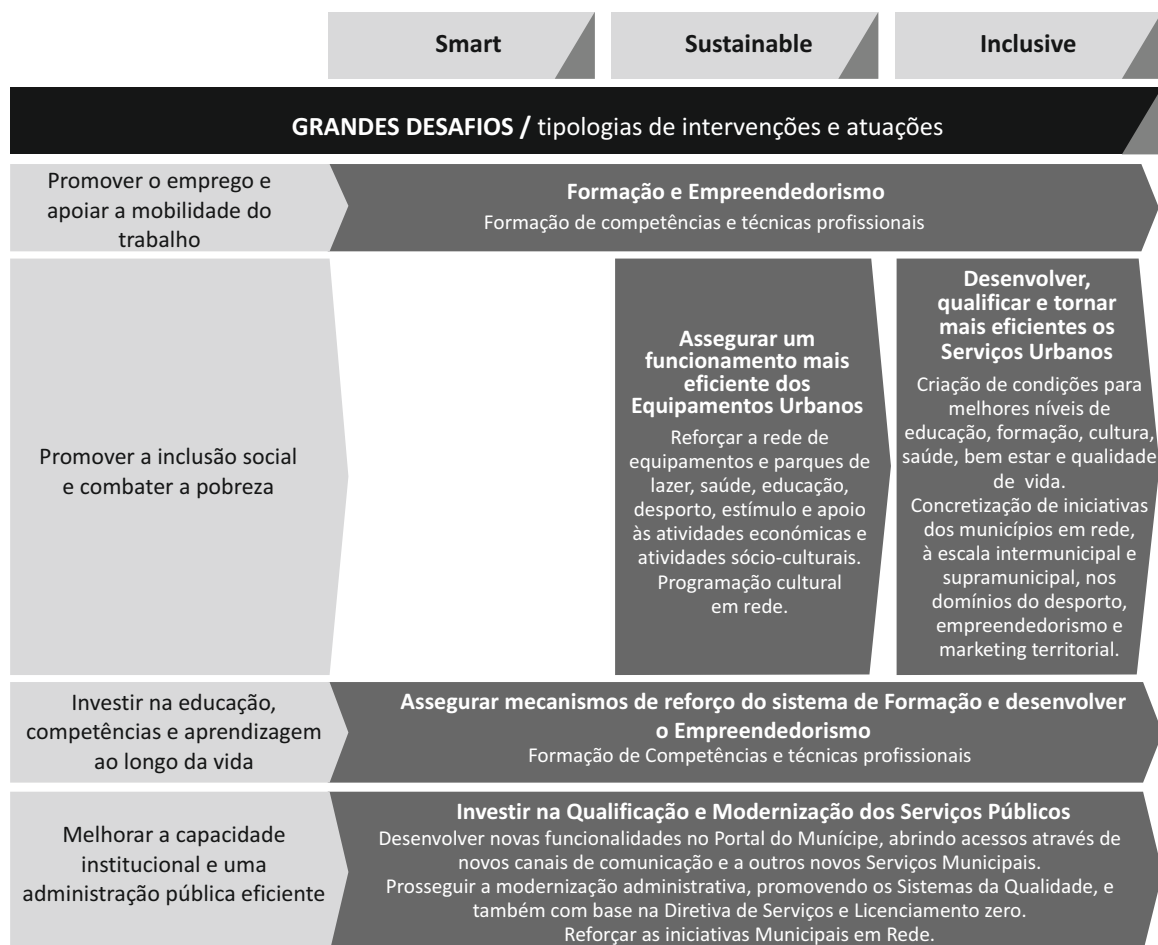
E em resposta aos objetivos traçados pela EU, para o próximo Quadro Comunitário ( 2014-20 ) será importante identificar os nossos principais desafios e procurar desenvolver os correspondentes projetos, tal como apresentado em seguida.

No domínio da competitividade e inovação.



NOTA: tendo presentes os objetivos temáticos estabelecidos pela EU, definem-se algumas das apostas estratégicas e correspondentes operações, projetos ou iniciativas que poderão concorrer para que se cumpram os desígnios apontados para um desenvolvimento mais inteligente, sustentável e inclusivo.

Bem como no campo da eficiência energética e da proteção e sustentabilidade ambiental



NOTA: tendo presentes os objetivos temáticos estabelecidos pela EU, definem-se algumas das apostas estratégicas e correspondentes operações, projetos ou iniciativas que poderão concorrer para que se cumpram os desígnios apontados para um desenvolvimento mais inteligente, sustentável e inclusivo.

#### 4.5 - POLÍTICAS E MEDIDAS

Por políticas entendem-se todo o conjunto de atitudes e princípios de atuação que funcionam como elemento de impulso, mas também de condução e orientação à implementação do conjunto de medidas e linhas de ação.

As medidas funcionam como elemento agregador e de consolidação das tipologias de ação.

Estas, por seu lado, são as bases de trabalho à programação e definição de ações no âmbito do futuro plano de ação local.

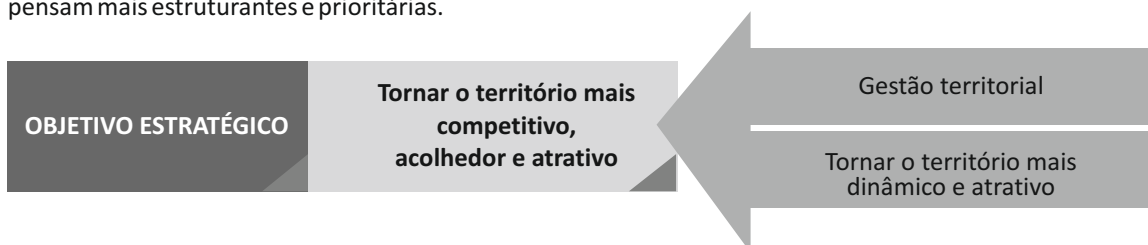
A partir dos objetivos estratégicos interessa agora sistematizar as propostas de orientação e de trabalho, que promovam o aparecimento de projetos e iniciativas que possam vir a contribuir para a concretização desses mesmos macro objetivos.

Para tal não bastará identificar iniciativas, projetos ou ações, que a médio e longo prazo não serão mais do que pequenos ou médios contributos para as necessárias alterações estruturais no território, mesmo que diretamente ligadas à satisfação das expectativas dos residentes e empresas.

Reconhecendo-se a sua importância, e para cuja concretização será também ainda necessário afetar recursos de acordo com uma determinada linha de prioridades e opções, há no entanto que começar por descrever e promover a adoção de determinados princípios base de atitude e de orientação no trabalho a efetuar, por parte dos mais diversos setores da sociedade, bem como de todos os níveis de governação (desde o nível governamental até ao Executivo Municipal), que contribuam de uma forma abrangente para a concretização dos objetivos estratégicos, por meio de políticas de atuação, e estas por sua vez deverão ser concretizadas por meio de medidas ou seja, por conjuntos de atuações, projetos, iniciativas e ações.



Estabeleceram-se portanto diversos quadros de orientação e trabalho, partindo-se de cada um dos objetivos estratégicos anteriormente enunciados para os descrever através das políticas e medidas de atuação que se pensam mais estruturantes e prioritárias.



Faro deverá ganhar novos atributos de atratividade, não só para empresas, mas também para residentes, de modo a que não se continuem a verificar os movimentos até aqui registados de fixação de pessoas que aqui trabalham nos concelhos vizinhos.

##### 4.5.1 - Assegurando uma gestão territorial que favoreça a atratividade e a qualidade de vida

**POLÍTICA / MEDIDA**

**Assegurar que as novas áreas de expansão urbana assumem elevados níveis de qualidade urbanística.**  
Implementando as adequadas regras de desenvolvimento e gestão urbana.

Sendo certo que em muitas situações o fator preço foi determinante, a aposta em elementos de maior qualidade urbanística e paisagística dos que algumas áreas ainda hoje apresentam, serão certamente determinantes no futuro nos momentos de escolha do local de residência.

**POLÍTICA / MEDIDA**

**Apostar na revitalização das zonas históricas e outros espaços urbanos,** utilizando mecanismos de demonstração e estímulo, e criando os adequados instrumentos de incentivo à regeneração urbana.

Defendendo-se que esta deverá ser a grande aposta de trabalho quer nos momentos de aprovação de novas áreas de expansão (exigindo elementos de elevada qualificação que deem um forte impulso ao aparecimento de novas iniciativas de investimento privado nas zonas centrais), mas sobretudo pela utilização de mecanismos e instrumentos que promovam a atração de residentes às zonas históricas da cidade.

**POLÍTICA / MEDIDA**

**Concretizar os equipamentos e infraestruturas ainda em falta,** programando os investimentos e modelo de financiamento e exploração, de forma adequada aos recursos disponíveis.

Assegurando-se como é natural uma atempada avaliação de necessidades, programando e desenvolvendo uma rede de equipamentos e infraestruturas, adequada aos meios financeiros existentes.

**4.5.2 - Tornando o território mais dinâmico e atrativo****POLÍTICA / MEDIDA**

**Desenvolver espaços e áreas urbanas funcionais, tornando Faro mais atrativo para viver e trabalhar,** promovendo Faro como cidade do conhecimento, alicerçada na sua história, mas que aposta nos jovens e nas novas oportunidades.

Perante os desafios socio económicos com que nos defrontaremos no futuro, a criatividade individual e coletiva, bem como a criação de sinergias de trabalho e desenvolvimento de projetos ajustados às nossas camadas mais jovens, será certamente fundamental na sua fixação, bem como na promoção de um ambiente urbano mais rico e dinâmico.

**POLÍTICA / MEDIDA**

**Apostar na juventude e nas suas capacidades criativas,** sendo empreendedores, de forma inteligente, através da inovação e da criatividade, desde a cultura à criação de empresas, passando pelo lazer e desporto, atraindo jovens nacionais e europeus.

O fomento do empreendedorismo (empresarial e social) será certamente uma das chaves para que sejam os próprios jovens, e em particular a comunidade universitária, a desenvolver redes de trabalho entre si, quer a nível local/regional, mas sobretudo a nível nacional e internacional, por via das redes e experiências Erasmus, de modo a que se desenvolvam novas oportunidades empresariais e melhores índices de empregabilidade.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO**

**Atrair novos residentes pela criação de postos de trabalho mais qualificados e centrados na iniciativa privada**

**Acolhimento e a dinâmica empresarial**

**Serviços públicos ao serviço do desenvolvimento**

#### 4.5.3 - Fortalecendo o acolhimento e a dinâmica empresarial

##### **POLÍTICA / MEDIDA**

**Promover o desenvolvimento de novas áreas de atividade económica e de acolhimento empresarial, valorizando as cadeias de valor a nível regional,** promovendo a criação de zonas de instalação empresarial, demonstrando as potencialidades de valorização dos recursos locais de excelência, e tirando todo o partido da nossa localização estratégica e acessibilidades.

A proximidade do aeroporto, a nossa centralidade em termos de população servida e universo empresarial na região, no que designamos pela grande área urbana de Faro, terá que ser potenciada, a bem de toda a economia algarvia.

##### **POLÍTICA / MEDIDA**

**Apostar no desenvolvimento de sinergias empresariais regionais, tendo em vista a internacionalização da economia,** promovendo iniciativas destinadas à cooperação empresarial visando aumentar escalas em torno da oferta de produtos, aproveitando ainda o papel do Mercado Abastecedor como principal entreposto comercial no Algarve

Já que, num esforço necessário de se apostar numa maior internacionalização da economia algarvia, haverá que se reforçar a cooperação interempresarial no sentido de ganharmos dimensão e escala para uma melhor posição competitiva dos nossos produtos.

#### 4.5.4 - Colocando os serviços públicos ao serviço do desenvolvimento

##### **POLÍTICA / MEDIDA**

**Tornar mais eficaz o funcionamento global da administração pública,** prestando respostas claras, céleres e completas às solicitações de cidadãos e empresas.

Continuando ainda a detetar-se sinais claros de que nem sempre a administração pública atua de uma forma tão célere e clara nas suas respostas às solicitações de empresas e particulares como seria desejável (e mesmo necessário), justifica-se que lhes seja exigida uma forte aposta ao nível da desburocratização e simplificação de procedimentos, bem como numa modernização contínua dos seus canais de comunicação com os utentes, e mesmo a nível interinstitucional.

##### **POLÍTICA / MEDIDA**

**Promover a sua concertação operativa,** ao serviço da estratégia local e regional, assegurando-se a criação de uma plataforma de compromisso, programação e trabalho, concertado para o curto e médio prazo.

Entendendo-se que se justifica um sólido compromisso relativamente aos objetivos de longo prazo, bem como a assunção de uma responsabilidade clara por parte das mais diversas entidades públicas, para com um trabalho conjunto de resolução dos principais entraves e alteração dos atuais modelos de funcionamento dos seus próprios serviços (demasiado individuais e sectorializados) tendo em vista a concretização dos objetivos estabelecidos.

**OBJETIVO ESTRATÉGICO**

**Assegurar as melhores condições de vida, tornando Faro um concelho onde sabe bem viver**

Qualificando e dinamizando as áreas urbanas

Património, da Cultura e do Turismo

#### 4.5.5 - Qualificando e dinamizando as áreas urbanas

##### **POLÍTICA / MEDIDA**

**Tornar mais atrativas as frentes ribeirinhas e a Ria Formosa,** qualificando-as e reforçando a oferta de atividades que permitam tirar todo o partido do Parque Natural, sobretudo em espaços urbanos.

Entende-se esta como uma das linhas de conduta mais importantes para Faro, em especial no que respeita à criação de melhores condições e qualidade de vida dos seus residentes, bem como pelo seu poder de captação de visitantes e turistas, a qual determina que sejam desencadeadas todas as medidas e iniciativas programáticas que qualifiquem toda a frente ribeirinha, aumentem e diversifiquem o tipo de atividades que aí se poderão desenvolver ( desde a proteção ambiental até ao desporto e ao lazer, passando pelo reforço de iniciativas económicas) e estabeleçam a tão ambicionada ligação da cidade com a ria.

##### **POLÍTICA / MEDIDA**

**Criar novas áreas e espaços de lazer, dando maior vivência aos espaços públicos urbanos,** promovendo o aparecimento de novas áreas qualificadas para a prática do desporto, do lazer e a vivência urbana, promovendo a sua reabilitação, valorização, e potenciando o seu aproveitamento pelas atividades económicas (comércio, turismo e de lazer, por ex.).

Num processo que terá que tomar em linha de conta princípios de eficiência económica e ambiental, e ajustado aos recursos disponíveis, há ainda um significativo quadro de carências no concelho, ao nível da oferta existente de espaços de desporto, lazer e mesmo de aptidão turística, que importa resolver por via de um adequado programa de intervenções a curto e médio prazo.

#### 4.5.6 - Apostando na valorização das nossas potencialidades ao nível do Património, da Cultura e do Turismo

##### **POLÍTICA / MEDIDA**

**Reabilitar e valorizar o património, o centro histórico e os espaços urbanos,** tornando-o mais vivo e dinâmico do ponto de vista socioeconómico, atraindo residentes (em especial jovens) e turistas.

Embora seja muitas vezes utilizada a palavra regeneração urbana das cidades e dos seus centros históricos, defende-se que, no que respeita à cidade de Faro ( e mesmo nos núcleos históricos de Estoi e Santa Bárbara de Nexe ) que importa atuar de forma a os revitalizar do ponto de vista da ocupação humana, ao longo de todo o dia e sua ocupação residencial, favorecendo o reforço na oferta de novos espaços comerciais, de restauração e mesmo serviços.

##### **POLÍTICA / MEDIDA**

**Reforçar a identidade e a cultura local, suportadas na nossa história,** desenvolvendo programas inovadores de iniciativas formativas, de produção e de animação cultural, dirigidas à população local e visitantes, envolvendo os atores locais.

Com um amplo leque e diversidade de associações locais ligadas aos mais variados tipos de iniciativas e atividades, Faro poderá tirar ainda maior partido da sua existência, por via da conjugação de recursos, complementaridade de práticas e experiências de trabalho, apostando em novos caminhos de produção artística, maior criatividade e inovação até na forma de utilização das suas competências, e dos espaços e equipamentos existentes a nível concelhio.

#### POLÍTICA / MEDIDA

**Apostar na valorização e promoção dos atrativos de visita e estadia turística,** por via da implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico, centrado no património, cultura, ambiente, desporto e lazer, mas agregador e potenciador do desenvolvimento local.

Apesar de todas as suas potencialidades, dificuldades de sempre na captação de recursos, mas também pela falta de uma atitude consequente, programática e contínua de marketing e promoção turística, desenvolvida pelo conjunto (e em conjunto) por parte de todos os atores mais direta e indiretamente ligados às atividades de lazer e turismo, Faro deverá agora concluir, fazer aprovar pela maior diversidade possível de agentes públicos, associativos e privados, e desenvolver o seu Plano de Desenvolvimento Turístico.

#### OBJETIVO ESTRATÉGICO

**Potenciar o uso dos nossos recursos de forma sustentável**

**Aproveitando melhor os nossos Recursos e Equipamentos**

**Assegurando um uso sustentável dos Recursos Energéticos**

#### 4.5.7 - Aproveitando da melhor forma os nossos Recursos e Equipamentos

#### POLÍTICA / MEDIDA

**Colocar a I&D da Universidade ao serviço da economia regional, trazendo maior competitividade e rentabilidade aos nossos produtos agrícolas, do mar e ria formosa,** promovendo o aparecimento de projetos de I&D contratualizados com empresas da região, que valorizem os nossos recursos e produtos, dando-lhes visibilidade e reconhecimento.

Importará em especial promover-se o aparecimento de novos projetos ou iniciativas empresariais, quer estejam já consolidadas no território ou não, bem como independentemente da sua natureza e dimensão, que apostem na inovação (ao nível de produtos, cadeia produtiva, organização ou mesmo nos modelos de uso e transformação dos produtos locais) acrescentando valor em toda a cadeia de produção, distribuição e venda.

#### POLÍTICA / MEDIDA

**Assegurar o uso mais eficiente possível dos equipamentos públicos existentes,** promovendo o envolvimento dos atores locais na sua dinamização, bem como a criação de sinergias com os restantes equipamentos regionais ( culturais, desportivos, etc.).

Faro dispõe de diversos equipamentos e espaços culturais e desportivos nos quais se poderão desenvolver iniciativas promovidas por uma variedade múltipla de agentes locais, sendo em especial de procurar gerar dinâmicas de colaboração entre os mais diversos setores e tipos de atividades, procurando desenvolver novos projetos culturais, desportivos e mesmo de carácter social que resultem de processos de trabalho em rede.

Haverá ainda que procurar desenvolver projetos de colaboração com outros municípios e atores regionais, por forma a se tirar o máximo partido da diversidade de espaços, equipamentos e recursos existentes, visando a montagem e concretização de projetos a uma escala supramunicipal, promovendo-se dessa forma não só concelho como toda a região.

#### 4.5.8 - Assegurando um uso sustentável dos Recursos Energéticos

##### POLÍTICA / MEDIDA

**Assegurar uma mobilidade urbana mais sustentável,**  
garantindo as acessibilidades, uma boa rede viária e um sistema de transportes públicos adequado a uma desejável redução do uso do transporte individual automóvel.

Também aqui, somente à escala supramunicipal, e promovendo-se políticas locais concertadas entre os diversos municípios do Algarve (nomeadamente os que compõem a Rede Urbana para a Competitividade e Inovação Algarve Central) e demais entidades públicas ligadas aos sistemas de transportes e acessibilidades será possível contribuir de uma forma decisiva, e necessária, para que possamos dispor de um sistema de transportes públicos ajustados às necessidades de residentes e turistas.

##### POLÍTICA / MEDIDA

**Contribuir para uma economia e ambiente urbano mais verdes, promovendo uma maior eficiência energética,**  
promovendo a implementação do Plano de Sustentabilidade Energética.

Tal como apontado no Plano Local de Sustentabilidade Energética, e concorrendo para o esforço que todos teremos que desenvolver para reduzir os efeitos nocivos das emissões de gases para a atmosfera resultantes dos atuais modelos de consumos energéticos, deslocações de transportes de pessoas e mercadorias, e demasiado reduzida diversidade de fontes energéticas, Faro tem já estabelecido um seu roteiro de conduta e programa de prioridades para que dê até 2020 o seu contributo para a sustentabilidade do planeta, programa esse que importa promover e concretizar.

#### 4.6 - AÇÕES E PROJETOS

As tipologias de ações servindo de base de trabalho para a programação e definição de atividades, no âmbito da elaboração futura do Plano de Ação Local, permitirão concretizar, perante uma análise mais segura dos recursos disponíveis (humanos, económicos e financeiros) as iniciativas que procuraremos vir a assegurar, envolvendo e procurando-se coresponsabilizar todos os agentes locais disponíveis e comprometidos com a prossecução do plano estratégico.

As tipologias de ação permitirão sistematizar as iniciativas que deverão vir a ser desenvolvidas para que se concretizem quer os eixos de desenvolvimento quer os objetivos estratégicos.

##### 4.6.1 - Tipologias de Ações

Conforme preconizado pela metodologia estabelecida para a elaboração deste Plano Estratégico, não se pretende aqui apresentar todo o tipo de atividades e iniciativas que, a nível individual ou por programas, são claramente reconhecidas como indispensáveis, inadiáveis ou mesmo imprescindíveis, e que portanto deverão poderiam (ou deverão vir a) ser consideradas e identificadas com as de necessária concretização a muito curto prazo.

Preconizando-se vir a elaborar o Plano de Ações Locais para o Desenvolvimento (habitualmente designado por Agenda Local 21) no âmbito do qual se pretende desenvolver essa identificação, e não sendo naturalmente esquecidos os atuais tempos de incerteza e de grandes dificuldades na angariação dos necessários recursos financeiros que os promovam, importará sobretudo sistematizar conjuntos de atuações para cada uma das políticas e medidas atrás apontadas, deixando o desafio da sua especificação, avaliação do seu modo de concretização e recursos a envolver, à responsabilidade de cada uma das entidades públicas, privadas, e associativas que os possam liderar e concretizar.



Tomando pois como ponto de partida as linhas de política e medidas preconizadas para as desenvolver, passaremos a uma descrição das tipologias de ações que entendemos ajustadas, bem como à apresentação de alguns exemplos a título ilustrativo, pois caberá naturalmente a cada um dos mais diversos agentes e entidades suas promotoras a sua preparação e prossecução.

Existindo também já um conjunto de intervenções e projetos, os quais, poder-se-á afirmar, recolhem uma opinião quase unânime quanto à sua importância enquanto estruturantes para o desenvolvimento do Concelho, apresenta-se também uma sua identificação e caracterização base, como projetos prioritários.

### **Políticas / Medidas e tipologias de projetos e ações a desenvolver**

Não se pretendendo ser exaustivo, avançam-se agora com um conjunto de pistas de reflexão para que possam entender-se de uma forma mais concreta as sugestões de políticas e medidas anteriormente apresentadas.

Utilizar-se-ão pois de forma conjunta as ideias e propostas constantes dos capítulos anteriores, para a sistematização das tipologias de projetos e ações aqui sugeridas.

## **GESTÃO TERRITORIAL**

### **4.6.1.1 - Assegurar que as novas áreas de expansão urbana ( nomeadamente a norte e nascente de Faro) assumem elevados níveis de qualidade urbanística, implementando as adequadas regras de desenvolvimento e gestão urbana**

#### **Tipologia de Ações**

- Elaboração de um guia de boas práticas de intervenção no espaço público da circunscrição administrativa do município de Faro, que identifique um conjunto de critérios a considerar, quer pelo sector público quer pelo sector privado;
- Elaboração coordenada de planos de pormenor e projetos urbanos que harmonizem e qualifiquem a imagem urbana no concelho de Faro.

### **4.6.1.2 - Apostar na revitalização das zonas históricas e outros espaços urbanos utilizando mecanismos de demonstração e estímulo, e criando os adequados instrumentos de incentivo à regeneração urbana**

#### **Tipologia de ações**

- Alavancagem pública na liderança da:
- Concretização de um programa de investimentos público e privado, nas zonas abrangidas pelas ARU's que integram os núcleos históricos de Faro.
    - Formalização de parcerias público-privadas, com vista à execução de obra;
    - Instrução e apoio à instrução de candidaturas à iniciativa JESSICA;
  - Elaboração de uma carteira de projetos de requalificação do espaço público do concelho de Faro;
    - Dinamizar o aparecimento de um fundo de investimento imobiliário, de revitalização do centro histórico de Faro.

### **4.6.1.3 - Concretizar os equipamentos e infraestruturas ainda em falta, nomeadamente as sociais e de lazer, programando os investimentos e modelo de financiamento e exploração, de forma adequada aos recursos disponíveis**

### Tipologia de ações

Acautelando:

- O levantamento de necessidades dos farenses e dos visitantes;
- A elaboração de uma carteira de projetos de execução;
- A instrução das candidaturas a fundos de financiamento;
- A definição de normas de gestão rigorosas a fim de garantir a sustentabilidade do funcionamento a médio e longo prazo dos equipamentos localizados no concelho de Faro.

### NO TERRITÓRIO

**4.6.1.4 - Desenvolver espaços e áreas urbanas funcionais, tornando Faro mais atrativo para viver e trabalhar, promovendo-a como cidade do conhecimento, alicerçada na sua história, mas que aposta nos jovens e nas novas oportunidades.**

### Tipologia de ações

Promovendo:

- A criação de um sistema de incentivos à fixação no concelho de Faro de jovens, em determinados ramos de atividade;
- A definição de uma política de solos para a disponibilização de habitação a preços que incentivem à fixação de novos residentes;
- A instalação de espaços de criação artística.

**4.6.1.5 - Apostar na juventude e nas suas capacidades criativas, fomentando o empreendedorismo, de forma inteligente, através da inovação e da criatividade, desde a cultura à criação de empresas, passando pelo lazer e desporto, atraindo jovens nacionais e europeus a se fixarem como residentes em Faro.**

### Tipologia de ações

Pugnando por:

- Fomentar e premiar os fatores de diferenciação do tecido empresarial local;
- Estabelecer um contacto direto e contínuo com a Universidade, o CRIA e os seus centros de investigação.

### DINÂMICA EMPRESARIAL

**4.6.1.6 - Promover o desenvolvimento de novas áreas de atividade económica e de acolhimento empresarial, valorizando as cadeias de valor a nível regional, promovendo a criação de zonas de instalação empresarial, demonstrando as potencialidades de valorização dos recursos locais de excelência, e tirando todo o partido da nossa localização estratégica e acessibilidades.**

### Tipologia de ações

- Criação das condições para a implementação do Parque Tecnológico Internacional do Algarve, no concelho de Faro;
- Criação de espaços de incubação conectados à Universidade que alavanquem o empreendedorismo em I&D no concelho de Faro;
- Instalação do parque empresarial e de logística no Areal Gordo.

- 4.6.1.7 - **Apostar no desenvolvimento de sinergias empresariais regionais, tendo em vista a internacionalização da economia, promovendo iniciativas de agregação empresarial em torno da oferta de produtos, aproveitando ainda o papel do Mercado Abastecedor como principal entreposto comercial no Algarve.**

#### Tipologia de ações

- Fomento da cooperação institucional com as tutelas regionais da agricultura e das pescas para definição das fileiras produtivas com maior apetência para a internacionalização;
- Criação de incentivos para o desenvolvimento dessas fileiras, colocando Faro numa posição pioneira face à região.

#### SERVIÇOS PÚBLICOS

- 4.6.1.8 - **Promover a sua concertação operativa, ao serviço da estratégia local e regional, assegurando-se a criação de uma plataforma de compromisso, programação e trabalho, concertado para o curto e médio prazo.**

#### Tipologia de ações

- Definir e implementar um conjunto de indicadores que permitam monitorizar a execução e o sucesso das apostas estratégicas aqui estabelecidas.
- Criação de um conselho municipal que monitorize a implementação do Plano Estratégico;

- 4.6.1.9 - **Tornar mais eficaz o funcionamento global da administração pública, prestando respostas claras, céleres e completas às solicitações de cidadãos e empresas.**

#### Tipologia de ações

- Implementação de soluções de maior interoperabilidade entre os diversos níveis e serviços distintos da administração pública, reduzindo tempos e níveis de erros, em especial ao nível da circulação de documentos e pedidos de licenciamento;
- Manter o esforço de modernização recente por parte dos serviços públicos, nomeadamente do próprio município, promovendo a concertação e coordenação intersectorial da administração pública, ao nível dos seus planos de investimentos e atividades anuais;
- Criação de um sistema tipo-balcão único de atendimento nos mais variados sectores da economia (mar, agricultura, comércio, indústria, turismo, etc.).
- Partilhar modelos de qualidade ao nível dos serviços de atendimento públicos, promovendo-se a qualidade total nos serviços públicos locais e regionais.

#### DINAMIZAR AS ÁREAS URBANAS

- 4.6.1.10 - **Tornar mais atrativas as frentes ribeirinhas e a Ria Formosa, qualificando-as e reforçando a oferta de atividades que permitam tirar todo o partido do Parque Natural, sobretudo em espaços urbanos.**

#### Tipologia de ações

- Requalificação da frente ribeirinha da cidade de Faro e introdução de espaços pedonais e de lazer;
- Riminuição do efeito barreira exercido pela presença da linha de caminho de ferro, por meio da criação de fatores de atratividade que levem as pessoas até à frente ribeirinha adjacente à cidade de Faro.

**4.6.1.11 - Criar novas áreas e espaços de lazer, dando maior vivência aos espaços públicos urbanos, promovendo o aparecimento de novas áreas qualificadas para a prática do desporto, do lazer e a vivência urbana, promovendo a sua reabilitação, valorização, e potenciando o seu aproveitamento pelas atividades económicas (comércio, turismo e de lazer, por ex.).**

#### Tipologia de ações

- Elaboração de uma carteira de projetos de requalificação de espaços públicos do concelho de Faro, prevendo novas modalidades de utilização.

### NO PATRIMÓNIO, NA CULTURA E NO TURISMO

**4.6.1.12 - Reabilitar e valorizar o património, o centro histórico e os espaços urbanos, tornando-o mais vivo e dinâmico do ponto de vista socioeconómico, atraindo residentes (em especial jovens) e turistas.**

#### Tipologia de ações

- Estabelecimento de acordos de cooperação com as entidades que tutelam o património no concelho de Faro para a manutenção contínua do património histórico-cultural, com especial incidência na Vila Adentro e zonas históricas de Faro abrangidas por ARU's, e nas aldeias de Estoi e Santa Bárbara de Nexe.
- Promover iniciativas públicas, privadas e associativas de reabilitação de espaços que possam vir a ser afetos à instalação de serviços ligados às artes criativas, ao turismo, e à economia social, entre outras.

**4.6.1.13 - Reforçar a identidade e a cultura local, suportadas na nossa história, desenvolvendo programas inovadores de iniciativas formativas, de produção e de animação cultural, dirigidas à população local e visitantes, envolvendo os atores locais.**

#### Tipologia de ações

- Desenvolver programas de iniciativas que, assentes nos valores da história e da identidade local, promovam o reconhecimento dos valores e atrativos de Faro;
- Programação cultural no concelho de Faro, adequada aos públicos-alvo, em termos de qualidade e diversidades;
- Promoção de parcerias com as coletividades sediadas no concelho de Faro, com vista à integração da programação cultural do concelho.

**4.6.1.14 - Apostar na valorização e promoção dos atrativos de visita e estadia turística por via da implementação do plano de desenvolvimento turístico, centrado no património, cultura, ambiente, desporto e lazer, mas agregador e potenciador do desenvolvimento local.**

#### Tipologia de ações

- Criação de incentivos à fixação de atividades turísticas em especial no centro histórico e nas aldeias de Estoi e Stª Bárbara de Nexe;
- Estabelecimento de um calendário fixo de eventos marcantes e temáticos, face ao seu potencial como elementos de atração turística;
- Implementar programas inovadores de promoção turística, apostando, por exemplo, no impacto e empatia criados pelas referências aos 5 sentidos, através de soluções inovadoras de comunicação e marketing.

## COM OS NOSSOS RECURSOS

- 4.6.1.15 - Colocar a I&D da universidade ao serviço da economia regional, trazendo maior competitividade e rentabilidade aos nossos produtos agrícolas, do mar e ria formosa, promovendo o aparecimento de projetos de I&D contratualizados com empresas da região, que valorizem os nossos recursos e produtos, dando-lhes visibilidade e reconhecimento.

### Tipologia de ações

- Criação de condições para a transferência crescente de conhecimento e tecnologia dos centros de investigação para o sector empresarial local, especificamente dedicados aos recursos locais.

- 4.6.1.16 - Assegurar o uso mais eficiente possível dos equipamentos públicos existentes, promovendo o envolvimento dos atores locais na sua dinamização, bem como a criação de sinergias com os restantes equipamentos regionais ( culturais, desportivos, etc.).

### Tipologia de ações

- Criação de regras de gestão integrada, coordenada e tendentes a uma cada vez maior sustentabilidade dos equipamentos municipais;
- Estabelecimento de parcerias com entidades públicas e privadas que promovam a otimização da utilização dos equipamentos municipais.

## NO AMBIENTE URBANO

- 4.6.1.17 - Assegurar uma mobilidade urbana mais sustentável, garantindo as acessibilidades, uma boa rede viária e um sistema de transportes públicos adequado a uma desejável redução do uso do transporte individual automóvel.

### Tipologia de ações

- Fomento da intermodalidade, procurando-se assegurar a necessária concertação entre a empresa concessionária dos transportes públicos e a CP;
- Estudo e promoção da criação de corredores específicos para o Transportes Coletivos em determinados arruamentos que permitam cobrir as rotas mais utilizadas do concelho de Faro;
- Criação de condições para a utilização de modos suaves de deslocação dentro do concelho de Faro.

- 4.6.1.18 - Contribuir para uma economia e ambiente urbano mais verdes, promovendo uma maior eficiência energética, promovendo a implementação do Plano de Sustentabilidade Energética.

### Tipologia de ações

- Incremento da utilização de fontes renováveis no abastecimento energético de edifícios públicos e de utilização coletiva situados no concelho de Faro;
- Implementação de sistemas inteligentes de iluminação de edifícios e espaços públicos do concelho de Faro;
- Iniciativas de informação e maior sensibilização para a utilização de veículos elétricos;
- Promoção de iniciativas de educação ambiental junto dos diferentes públicos escolares do concelho de Faro, por forma a desenvolver a consciência cívica neste domínio.

## NUMA GESTÃO LOCAL EM REDE

**4.6.1.19 - Construir um modelo de gestão partilhada aos mais diversos níveis, assegurando o envolvimento e contratualização, assegurando o envolvimento e contratualização com os principais agentes e responsáveis pela gestão local, numa base programática que aposte num número reduzido de projetos, mas que se considerem como projetos.**

### Tipologia de ações

- Promoção da concertação e coordenação ao nível do planeamento anual de atividades e iniciativas, promovidas pela generalidade das entidades públicas e associações locais;
- Apostar na promoção de iniciativas de empreendedorismo e economia social;
- Estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento.

**4.6.1.20 - Apostar no desenvolvimento de sinergias de cooperação e trabalho a nível regional, nacional e internacional, concretizando uma estratégia e um plano de trabalho em rede a nível intermunicipal, e de cooperação nacional e internacional, que seja catalisador e apoie o processo de desenvolvimento.**

### Tipologia de ações

- Manter e desenvolver para novas áreas, o trabalho em rede em conjunto com os Municípios da rede Algarve Central;
  - Identificar as principais áreas de cooperação internacional, através de um diagnóstico a ser elaborado com os principais parceiros e empresas privadas, existentes em Faro;
- Desenvolver iniciativas formativas junto dos técnicos dos Municípios geminados existentes nos Palop's;
- Promoção de iniciativas contratualizadas para a cooperação e o desenvolvimento, através do envolvimento de empresas privadas locais;

**4.6.1.21 - Conhecer e dar a conhecer Faro, produzindo e concretizando um plano de comunicação a nível local e de marketing territorial.**

### Tipologia de ações

- Definição de um plano de marketing territorial, para Faro;
- Promoção do concelho de Faro, das suas características físicas e geográficas, do seu tecido social e económico e dos seus recursos endógenos, através da metodologia territorial branding.

## VALORIZAR O AMBIENTE, COESÃO SOCIAL E A COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

**4.6.1.22 - Promover a salvaguarda do meio ambiente, recuperando áreas e espaços protegidos, e desenvolvendo práticas ambientalmente mais corretas.**

### Tipologia de ações

- Requalificação da Ria Formosa na sua fronteira com as frentes urbanas da cidade de Faro e do Montenegro.

**4.6.1.23 - Assegurar um apoio social e inclusivo aos mais desfavorecidos, respondendo às carências e dificuldades ao nível da habitação, nas respostas sociais na área da deficiência e outros públicos excluídos, através de uma integração solidária.**

#### Tipologia de ações

- Criação dos equipamentos e valências necessários à satisfação da população farenses;
- Promoção da qualificação e formação profissional adequada às respostas sociais solicitadas.

**4.6.1.24 - Desenvolver os instrumentos dedicados à gestão integrada de infraestruturas e equipamentos, planeando os investimentos, a manutenção e a sua exploração por via da colaboração operacional entre as diversas entidades envolvidas.**

#### Tipologia de ações

- Criação de regras de gestão integrada, coordenada e tendentes a uma cada vez maior sustentabilidade das infraestruturas municipais;
- Estabelecimento de parcerias com empresas públicas e privadas que tenham a seu cargo a gestão de infraestruturas e serviços de carácter público (gás, energia, telecomunicações).

### DESENVOLVER O CONHECIMENTO

**4.6.1.25 - Colocar a I&D Universitária, ao serviço das empresas e do sector público, promovendo o encontro entre as necessidades das empresas, e as competências existentes no meio Universitário.**

#### Tipologia de ações

- Criação de condições para a transferência crescente de conhecimento e tecnologia dos centros de investigação para o sector empresarial local;
- Criação de mecanismos de aproximação entre o sector empresarial e a universidade, com o objetivo de transmitir as suas necessidades ao nível da investigação.

**4.6.1.26 - Fomentar as indústrias criativas junto da comunidade jovem e entidades locais, incentivando às parcerias e trabalho em rede, ao nível dos agentes locais, na construção de projetos inovadores e criativos, no meio cultural.**

#### Tipologia de ações

- Aproveitamento das sinergias decorrentes das redes constituídas no âmbito de projetos de cooperação internacional e nas quais o município de Faro se integra;
- Disseminação das redes existentes e divulgação dos seus resultados.

**4.6.1.27 - Promover a formação para o (auto) emprego, construindo programas formativos profissionais, nos domínios de maior potencial local de empregabilidade, em estreita ligação com o meio empresarial.**

#### Tipologia de ações

- Disseminação dos instrumentos de apoio financeiro existentes para apoiar o empreendedorismo.
- Promoção de um trabalho em rede com entidades de nível nacional, regional e local, em torno da economia social, por exemplo.

#### 4.6.2 - Projetos prioritários

Perante os desafios com que Faro se defronta, em especial pela falta de recursos e pela diversidade de soluções que faltam implementar, haverá ainda muito trabalho pela frente até que nos possamos dar por satisfeitos quanto à oferta de equipamentos e serviços, em especial de natureza pública que importará concretizar.

Avançando-se em seguida para uma apresentação daqueles que, na sua maioria, são já hoje reconhecidos como importantes e necessários, importará no entanto, num momento próximo, acautelar uma sua análise mais completa (no que, por exemplo, respeitar ao seu “estado de maturidade” em termos de estudos prévios, projetos e esforço de investimento) visando, em especial, a necessária hierarquização no tempo, face aos resultados que poderão atingir com sua construção e/ou operacionalização.

Na identificação que se pretende em seguida apresentar foram tidos em especial atenção, o que poderemos designar por “critérios relativos ao seu contributo para o cumprimento dos objetivos estratégicos anteriormente apresentados” (na medida em que sem eles não se poderão gerar as transformações necessárias ao atual status quo), bem como uma sua sistematização pela função que terão naturalmente que ter no futuro, quanto ao seu papel no processo de desenvolvimento de Faro.

A sua apresentação decorrerá portanto apenas pela função que desempenham e sem qualquer intenção de hierarquização em termos de importância, ou prioridade que agora se pudesse atribuir.

DESIGNAÇÃO	PROMOTORES	FONTE DE FINANCIAMENTO
<b>Acessibilidades</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Conclusão da Circular Norte a Faro</li> <li>◆ Execução da ligação à A22 pela N2</li> <li>◆ Conclusão das obras do aeroporto</li> <li>◆ Centro intermodal de Transportes</li> <li>◆ Porto Comercial</li> <li>◆ Rede de Ciclovias</li> <li>◆ Doca de recreio exterior</li> <li>◆ Parques Empresariais</li> </ul>	Governo Governo Vince / ANA CMF / EVA Governo Município Governo Município	pública pública privada pública e privada pública pública pública e privada pública e privada
<b>Regeneração e revitalização urbana</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Regeneração Urbana nos núcleos históricos (ARU's)</li> <li>◆ Ordenamento e Valorização da zona envolvente à Doca de Recreio de Faro</li> <li>◆ Reconversão urbanística da Zona Industrial do Bom João</li> <li>◆ Reconversão urbana e paisagística da Frente Ribeirinha junto à estação da CP</li> <li>◆ Parque Ribeirinho</li> <li>◆ Implementar Estrutura Verde de Faro</li> <li>◆ Programa de criação e animação dos Espaços de lazer e desportivos</li> </ul>	Município Clubes Náuticos Proprietários Proprietários Município Município Município	públicas e privadas privada privada privada pública pública público e privadas
<b>Equipamentos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Museu Municipal (ampliação e modernização) e Centro de Experimentação e Criação Artística</li> <li>◆ Parque Tecnológico Internacional do Algarve</li> </ul>	Município Município+UALg+ANA	pública pública e privada



DESIGNAÇÃO	PROMOTORES	FONTE DE FINANCIAMENTO
<b>Equipamentos</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Área de localização empresarial do Areal Gordo</li> <li>◆ Ampliação do mercado abastecedor</li> <li>◆ Áreas de desporto e lazer</li> <li>◆ Centro Internacional de Treino e Competição do Farol</li> <li>◆ Cais p<sup>a</sup> a pequena pesca e mariscultura</li> <li>◆ Programa de eficiência energética na iluminação pública</li> <li>◆ Sistema de gestão integrada de infraestruturas e serviços públicos urbanos</li> </ul>	Proprietários SIMAB Município  Clube Náutico Governo  Município + EDP  Município + operadores	pública e privada pública e privada pública  pública pública  privada  pública e privada
<b>Funções Públicas e Serviços</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Parque habitacional para pessoas carenciadas</li> <li>◆ Interoperabilidade dos serviços públicos por via de banda larga</li> <li>◆ Sistema integrado de mobilidade e transportes públicos</li> </ul>	Município  Governo e Municípios Governo e Municípios	pública  pública pública
<b>Eventos, Iniciativas</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Programa de eventos temáticos, na Vila Adentro</li> <li>◆ Programa de Iniciativas náuticas</li> <li>◆ Programa e eventos desportivos, para todos</li> <li>◆ Programa de atividades marítimo-turísticas e desportivas</li> </ul>	Município  Município Município  Municípios e associações	pública  pública pública  pública, privada e associativa
<b>Cooperação e trabalho em rede</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>◆ Rede Urbana para a Competitividade e Inovação Algarve Central</li> <li>◆ Rede de atendimento e acessos integrados a nível intermunicipal</li> <li>◆ Pacto territorial para o desenvolvimento local</li> <li>◆ Plano estratégico para a cooperação internacional e o trabalho em Rede</li> <li>◆ Agenda local 21</li> </ul>	Municípios  Municípios  Municípios  Município Município	pública  pública  pública  pública pública

#### 4.7 - FONTES DE FINANCIAMENTO

Estando já hoje muito limitados pela atual conjuntura, de fraco dinamismo económico, redução do poder de compra e fracos níveis de realização de novos investimentos, e em simultâneo, confrontados com a dura realidade de que nos próximos anos não poderemos ter expectativas de uma grande abundância de recursos financeiros num futuro próximo.

Importa no entanto refletir sobre o leque de oportunidades ainda disponíveis para a captação de todos os meios de financiamento a que poderemos aceder, bem como o melhor modelo para uma sua gestão de um modo tão eficaz e eficiente quanto possível, tendo em vista os efeitos dos nossos próximos investimentos e quadro de despesas para com o processo de desenvolvimento local.

Conforme preconizado no âmbito de um plano deste tipo, não são naturalmente aqui apresentados de uma forma exaustiva todo o leque de projetos, obras, aquisições e iniciativas que poderão ser considerados como os possíveis, desejáveis, ou mesmo absolutamente necessários à concretização dos objetivos estratégicos e resultados previstos de se atingirem no seu período de vigência.

É também já hoje do perfeito conhecimento de todos que, passadas algumas décadas de elevados níveis de investimento público na melhoria das condições de vida das pessoas, na criação de equipamentos e infraestruturas, bem como no desenvolvimento de projetos de estímulo e apoio ao desenvolvimento económico, durante os quais beneficiámos dos mecanismos de cofinanciamento comunitário, o Algarve inicia agora um período completamente oposto.

Às fortes diminuições dos montantes destes fundos atribuídos à região, somam-se a redução das respetivas taxas de cofinanciamento, drásticas diminuições nas receitas diretas e indiretas das autarquias, e, em contrapartida, um aumento regular nos últimos anos dos valores das despesas e encargos com o funcionamento e manutenção dos equipamentos e infraestruturas anteriormente construídos.

Encontramo-nos ainda num quadro de grande redução do poder de compra e disponibilidades financeiras por parte de pessoas e empresas, originando uma forte retração nos níveis de consumo (prejudicado ainda pelas carências e necessidades da população desempregada), pelo que não será certamente fácil nos próximos anos podermos contar com grandes disponibilidades de recursos para concretizarmos em número e valor um grande nível de investimentos em novos equipamentos e infraestruturas públicas.

Poderemos, é certo, contar com os montantes que vierem a ser atribuídos ao Algarve no próximo quadro comunitários de apoio, no período 2014-20, mas teremos naturalmente que saber preparar muito bem essa utilização, programando-a de modo a que sejamos também extremamente eficazes e eficientes na sua utilização, atentos às prioridades e regras que vierem a ser estabelecidas.

Importará ainda, acautelando as disponibilidades necessárias ao funcionamento de equipamentos e realização de atividades e iniciativas diversas, procurar encontrar também outros meios de suporte à concretização dos investimentos ainda necessários em infraestruturas e equipamentos.

Teremos que, necessariamente, concretizar esses investimentos, mediante o recurso a novas fontes de financiamento, nomeadamente privadas, públicas, e mesmo associativas.

Beneficiando de relevantes experiências e modelos de gestão de equipamentos e infraestruturas de claro interesse e relevância pública, administrados por diversas associações e organizações privadas, haverá pois que as tomar em boa linha de conta, respeitando e salvaguardando os seus próprios interesses, prioridades e mesmo modelos de gestão, de modo a que novos modelos de parcerias público-privadas possam aparecer e tornar viáveis o funcionamento e promoção de diversos equipamentos e atividades.

Haverá pois que estudar as mais diversas possibilidades, analisando os diversos interesses em presença para que se garantam os rendimentos necessários à sustentabilidade económica e um recurso crescente ao autofinanciamento, na gestão de equipamentos e no desenvolvimento de programas de eventos, iniciativas e atividades aos mais diversos níveis.

Tenderemos ainda a aproximar-nos de novos modelos de gestão e exploração dos equipamentos, atividades e iniciativas públicas, procurando nichos na rentabilização de nichos e áreas de negócio das mais diversas, e essa será necessariamente uma atitude a todos imposta.

Tender-se-á certamente, por outro lado, para uma maior abertura de projetos e programas de atividades à iniciativa privada, pelo que será de acautelar e preparara desde já novos modelos de contratualização, de grande transparência nos necessários benefícios mútuos que se terão de encontrar a partir da sua concretização e exploração.

A forma de envolver privados, assegurando-lhes a devida rentabilização e retorno dos seus investimentos ou contributos financeiros (os retornos económicos poderão não ser somente gerados a partir de receitas diretas, podendo existir compensações em produtos, bens, serviços, ou tão somente em comunicação e imagem) terá também que vir a ser, naturalmente, analisada.

Deverão pois ser devidamente estudadas soluções para cada uma das situações preconizadas, em função de cada situação concreta, e de modo a que se consigam cobrir os custos de investimento e os subsequentes encargos de exploração/manutenção/animação dos equipamentos e iniciativas a desenvolver, por via de receitas que possam assegurar a concretização dos nossos objetivos, num quadro de sustentabilidade que a todos interessará garantir.

Também a experiência vinda das áreas associativas serão bastante úteis nestes novos tempos, nomeadamente em função das suas crescentes dificuldades em assegurarem níveis de equilíbrio entre os seus níveis de despesas e as receitas diretas que poderão captar dos produtos, bens e serviços que oferecem aos seus respetivos beneficiários.

Em resultado de algumas práticas já bem sucedidas em diversos locais e países, uma evolução dos atuais modelos de exploração e funcionamento de equipamentos de características marcadamente sociais e culturais para soluções mais próximas do mercado (com a adaptação dos seus tarifários a diferentes grupos de clientes, com diferentes níveis de poder de compra) serão também soluções que não poderão ser descuradas no futuro.

Perante estas constatações, será de esperar que o tipo de iniciativas que se possam vir a promover a curto e médio prazo evoluam da anterior concretização de projetos de investimento nas infraestruturas, equipamentos e beneficiações urbanísticas necessárias à qualificação das condições de vida, atratividade e competitividade do território, para iniciativas mais ligadas à sua qualificação, utilização, animação e promoção.

Tender-se-á por tanto, muito provavelmente, para que surjam com maior intensidade (do ponto de vista da percentagem dos meios financeiros disponíveis, e de outros recursos) projetos e iniciativas que exigirão um maior pendor organizativo e maior potencial de recolha de contributos e de colaboração entre entidades, abrindo-se assim a possibilidade de se concretizarem novos modelos de cooperação, de entreaajuda, geradores de economias de escala, bem como de maximização de efeitos por eles gerados.

Teremos pois pela frente novas oportunidades e desafios de criarmos novas formas de organização de iniciativas, as quais poderão e deverão ser tidas em conta, também pelas vantagens daí decorrentes em termos económicos e financeiros.

Em síntese, pensamos que se deverão considerar e analisar os seguintes meios, fontes de financiamento e oportunidades de organização, para a concretização dos projetos, investimentos e ações que se venham a concretizar:

- ◆ A orientação dos meios próprios decorrentes dos orçamentos de entidades públicas, privadas e associativas, de uma forma cada vez mais apurada e exigente, derivada da sua esperada redução nos próximos anos.
- ◆ Os mecanismos de financiamento comunitários, aproveitando da melhor forma as respetivas regras e condições de acesso, orientando-os claramente para as grandes necessidades e prioridades do concelho.
- ◆ Fundos provenientes de novos mecanismos de financiamento, a fundo perdido ou não, de origem nacional ou comunitária.
- ◆ Os recursos libertos, por via de crescentes níveis de eficiência do modelo de funcionamento de equipamentos e atividades, de modo a poder gerar a geração de meios financeiros para a sua manutenção, exploração e necessárias melhorias.
- ◆ A captação de fontes de financiamento privadas, mediante uma análise cuidada da otimização dos interesses públicos e privados em presença.
- ◆ A agregação de iniciativas, realizações e prestações de serviços, provindas da criação de novos modelos de cooperação, de trabalho em rede e de entreaajuda entre as mais diversas organizações e entidades.

Importará ainda referir que, num momento em que temos a certeza de que os recursos (financeiros) tendem a ser cada vez muito escassos, mais relevante ainda se torna termos a consciência de que nem tudo o que ambicionamos poderá ser concretizado, justificando-se portanto um envolvimento tão alargado quanto possível dos principais atores locais, em torno das decisões e escolhas que vierem a ser efetuadas.

Deveremos pois vir a analisar cuidadosamente todas as modalidades possíveis de mobilização de recursos das mais diversas origens, num esforço essencialmente de organização e otimização da sua aplicação, envolvendo e procurando salvaguardar todos os legítimos interesses em presença, mobilizando públicos, privados e entidades associativas para a concretização dos mais relevantes para a prossecução dos objetivos estratégicos de Faro.

#### 4.8 - UMA GESTÃO LOCAL PARTILHADA

Sendo inequívoco o papel e responsabilidade do Município, bem como dos restantes poderes públicos com responsabilidades setoriais, na gestão do modelo de desenvolvimento de qualquer território, existem cada vez mais, e felizmente, outro tipo de organizações com crescentes competências e capacidade de concretização de atividades, iniciativas e prestação de serviços de marcado interesse público, as quais deverão, como tal, serem também chamadas ao processo de decisão, compromisso e organização das ações consideradas como prioritárias a nível local.

Como é habitual dizer, sendo este o último capítulo, não é certamente o menos importante.

Um território não se desenvolve por via de um Plano, de um só comando, ou de uma orientação exclusiva de uma entidade, nem poderá o setor público ter a veleidade de pensar que as suas expectativas e estratégias se concretizarão automaticamente e por si só em novos modos de conduta, de funcionamento, ou na concretização das atividades preconizadas.

Qualquer processo de desenvolvimento é um caminho e um percurso, construído a partir da combinação de múltiplas atividades individuais e coletivas.

A forma como as mais diversas entidades, e de uma forma muito especial e estruturante as autoridades públicas (descentralizadas, desconcentradas, municipais ) se comportarão no futuro será certamente o elemento mais decisivo para que se sucedam projetos, obras, ações e iniciativas que possam vir a concretizar as nossas expectativas.

Pelo que farão, e de um modo negativo, pelo que não fizerem, tal como, infelizmente, já sucedeu demasiadas vezes em Faro, no Algarve, e em Portugal.

Conhecer, compreender e reconhecer as potencialidades e desafios resultantes das opções que se tomam a nível local, nos seus reflexos e interações com o nível regional (e vice-versa), desde as influências que provocam nas decisões de escolha dos locais de trabalho e residência por parte de residentes, até à capacidade de atração de empresas, leva-nos a um primeiro reconhecimento da importância e papel decisivo que as autarquias e órgãos desconcentrados do governo detêm no modelo e processo de desenvolvimento local.

Por outro lado, sendo certo que cabe ao Município uma enorme responsabilidade na definição e gestão do quadro legislativo, organizativo e de administração do seu território, em especial se o virmos nas suas atuações correntes e mais imediatas, também é importante de recordar que as decisões municipais dependem em elevada medida do quadro legislativo, orçamental e das orientações setoriais emitidas para o nível regional e local por parte do governo.

O que se poderá designar por governança urbana não resulta unicamente das vontades e opções municipais (e demais atores e agentes locais), e as políticas, orientações e atuações dos anos mais recentes mais não têm feito que o confirmar.

Pese embora a vontade e prioridades de trabalho definidas pelo próprio Executivo municipal, há demasiadas situações e decisões estruturantes (nomeadamente ao nível do licenciamento e operacionalização de investimentos públicos, privados e associativos) que dependem ainda de forma extremamente penosa das ineficiências do aparelho de estado.

Tal resultará do seu quadro organizativo e legislação em vigor, mas muito diferente seria (será) certamente se as entidades representantes ou desconcentradas do governo pudessem, ou venham a ter, capacidade e vontade de partilharem uma mesma visão e objetivos estratégicos para o desenvolvimento do concelho, e os adotem também no quadro da sua gestão regular.

Fará pois todo o sentido desenvolver o máximo de iniciativas de cooperação e mesmo da sua contratualização, num modelo que poderemos designar por de integração vertical, desde o nível governamental central, através dos seus organismos desconcentrados sempre que possível, até à própria sociedade civil a nível local (associações, instituições de solidariedade, clubes, movimentos de cidadãos, etc.), envolvendo-os no processo de entendimento e assunção partilhada de responsabilidades para a concretização de alguns dos principais projetos e ações.

Suscita-se portanto a eventual oportunidade de que este Plano Estratégico seja também formalmente analisado, apreciado e adotado por parte dos próprios organismos desconcentrados do governo, como orientador das opções e práticas no dia a dia, por parte dos seus responsáveis regionais, mediante, naturalmente, a validação da sua concordância e concertação com a própria Estratégia de desenvolvimento decidida para a dimensão regional, e respetivas tutelas.

A um novo nível de trabalho, e como sucede de forma generalizada em todo o mundo, os efeitos da globalização, do aumento dos níveis de informação e formação das pessoas, a rapidez no nível de trocas e intercâmbios desses mesmos dados e informações, bem como dos próprios movimentos de residentes, turistas, produtos e serviços ao nível das regiões, países e mesmo internacionais, tem vindo também a mostrar-nos a evidência de que as opções tomadas a nível local têm consequências e reflexos extremamente correlacionados e cruzados com as opções dos territórios vizinhos.

Opções e ações desencadeadas a nível local confrontam-se de forma natural e bastante imediata com as dinâmicas locais dos territórios vizinhos, o que nos leva ao reconhecimento de que, a bem do modelo e processo de desenvolvimento de uma região como o Algarve (e em reflexo disso do próprio concelho de Faro) importará que cada Município tenha a perceção clara do seu papel, recursos e potencialidades, para que de uma necessária compatibilização, no quadro de uma estratégia regional, das suas atuações, resultem resultados positivos para todos.

“O principal desafio à concorrência cooperativa entre cidades é o desenvolvimento de um processo estratégico de pensamento, de conversação, planeamento e ação criativa e diferenciada, mas conjunta, rumo a um futuro de sucesso responsável e sustentável” ( in Seminário Cities of Tomorrow, Bruxelas 2010)

Este será portanto um primeiro desafio, o de reconhecer e procurar assegurar uma articulação e complementaridade de atuações a nível supramunicipal, nomeadamente ao nível do que poderemos designar pelo sistema urbano ou a grande área urbana de Faro, definida pelos concelhos integrantes da Rede Urbana para a Competitividade e Inovação, Algarve Central (Faro, Albufeira, Loulé, Olhão, S. Brás de Alportel e Tavira), e para cujo território deverá vir a ser preparado um novo Plano Estratégico de Atuações comuns.

Não escamoteando as responsabilidades e competências autárquicas, serve este raciocínio somente para recordar que, no médio e longo prazo (sobre o qual se aplicam e têm efeito as opções e prioridades assumidas no quadro de um exercício de planeamento estratégico como o que aqui ocorre) são determinantes as opções e compromissos assumidos por parte de todos os restantes atores presentes à escala local, num nível que poderemos designar por de integração horizontal.

Neste patamar de colaboração deverão pois vir a ser chamados a intervir, propor, mas também a assumirem alguns papéis e responsabilidades, agentes tão diversos quanto as empresas privadas, as entidades associativas, ONG's, grupos de cidadãos ou mesmo comunidades de bairro.

Pensamos que será de esperar que, a estes novos níveis de governança local, seja possível encontrar parceiros capazes de assumirem uma determinada iniciativa, eventos, procedimentos, construção ou exploração de equipamentos dos mais diversos, assumindo novas responsabilidades de um modo que terá certamente reflexos no seu próprio bem-estar e qualidade de vida, num processo que terá assim melhores condições de autossustentação a médio prazo.

As atividades a desenvolver são naturalmente muitas diversas, cobrindo os mais variadíssimos setores (inclusive numa ótica trans-setorial), e abrangendo desde a gestão de equipamentos, zonas urbanas,

atividades, iniciativas, até mesmo programas integrados a nível urbano, inovação social, criação e produção artística, ou de desenvolvimento económico.

Defende-se portanto que, em especial num quadro de vida socioeconómico como o que atravessaremos no período perspectivado para este Plano Estratégico, são necessários novos modelos de envolvimento e de coresponsabilização dos principais atores locais num processo de que se designa habitualmente de governança local, e o qual permita:

- 1.** Desenvolver visões comuns e abordagens partilhadas de trabalho e concretização de iniciativas a nível local, conciliando mesmo interesses e objetivos diversos, promovendo-se um modelo de desenvolvimento comum.
- 2.** Assegurar plataformas de cooperação para que, desde o nível espacial até ao nível dos equipamentos e atividades se consiga a mais eficiente utilização possível dos recursos e capacidades existentes.
- 3.** Combinar e conciliar estruturas formais e institucionais de trabalho, normalmente mais afetas a estruturas públicas ligadas à gestão local, com outros modelos de estruturas mais informais (inclusive no tempo), ajustadas exatamente à iniciativa ou programa de trabalho que venha a ser estabelecido.
- 4.** Insistir e promover a concretização de projetos e atividades em parceria, em especial nos domínios e setores económicos e sociais mais estratégicos para Faro, nomeadamente no campo do turismo, do ambiente e natureza, da saúde, dos transportes, na cultura, juventude, desporto e nas mais diversas atividades económicas.
- 5.** Assegurar a existência de um sistema de monitorização e acompanhamento do processo de desenvolvimento através, por exemplo, de uma avaliação regular da concretização de iniciativas que contribuam para a prossecução dos macro-objetivos e tipologias de projetos anteriormente delineados.

Partindo-se exatamente da concertação em torno dos objetivos e ambições de longo prazo, promovendo-se uma atitude e posicionamento dos mais diversos atores num espírito de cooperação e trabalho comprometido com o curto e médio prazo, poder-se-ão naturalmente atingir resultados e realizações de muito maior alcance, como todos pretendemos certamente.

Deveremos pois, a partir de agora, encetar um trabalho mais minucioso, de preparação de uma Agenda Local composta de projetos, ações, dotações financeiras ajustadas aos recursos existentes, com claras atribuições de responsabilidade a curto e médio prazo.

Preconiza-se pois que este Plano Estratégico seja em seguida vertido, nas suas componentes mais práticas e operativas, na concretização de um Plano de Desenvolvimento Local para um desenvolvimento mais sustentável, através da elaboração de uma Agenda Local 21 para Faro.



PLANO ESTRATÉGICO FARO 2025

